

SUBSÍDIOS PARA A BIOGRAFIA  
DO SACERDOTE GUINEENSE  
MARCELINO MARQUES DE BARROS (1844-1929) \*

JOÃO DIAS VICENTE, O.F.M. \*\*

## INTRODUÇÃO

Apresentam-se neste pequeno trabalho mais alguns «subsídios» para ajudar a melhor conhecer a figura notável do Padre Marcelino Marques de Barros. Da minha parte, este foi o primeiro contacto, tanto quanto possível aprofundado, com a vida e a obra desta figura guineense. E ela me impressionou favoravelmente, não apenas por ter sido durante alguns anos pároco de Bolama e Vigário Geral da Guiné, mas sobretudo porque foi um dos pouquíssimos sacerdotes originários do território da Guiné-Bissau, que durante 19 anos se esforçou por melhorar as condições de vida dos seus compatriotas e, com seus escritos variados, tornou conhecidos fora da Guiné alguns dos seus usos e costumes.

Viveu ele na 2.<sup>a</sup> metade do séc. XIX e na primeira do séc. XX, e é à luz desses tempos que deverá ser apreciada a sua obra escrita, e não com os critérios do nosso tempo. Ela possui, no aspecto cultural (aí incluído o religioso) elementos vários que permitem uma comparação frutuosa com as mesmas realidades nos tempos que correm. Embora sua formação para o sacerdócio tivesse sido feita em Portugal, sua missão na Guiné tenha sido feita nos 20 anos que precederam a Conferência de Berlim,

---

\* Comunicação apresentada no Colóquio Internacional «Bolama, cidade longe», na cidade de Bolama, em 22 de Novembro de 1990.

\*\* Diocese de Bissau, Guiné-Bissau.

e suas análises da realidade guineense tenham sido feitas apenas a título de autodidata (porque mais lhe não facilitaram as autoridades coloniais do tempo), julgo no entanto que aquilo que nos deixou, sobretudo no domínio da informação religiosa, merece bem maior destaque do que aquele que lhe foi dado em história da Guiné recente<sup>1</sup>.

É isso que tentarei demonstrar nas linhas que se seguem, na sequência aliás de duas outras obras também recentes<sup>2</sup>, apoiado em mais alguns escritos seus a que consegui ter acesso em Lisboa, lamentando apenas não ter tido tempo suficiente para uma recolha exaustiva tanto aí como em Cabo Verde. É certo que alguns trabalhos escritos do Padre Marcelino provavelmente ficarão para sempre inéditos (porque foram escritos de ocasião, oferecidos a amigos seus, cujo paradeiro será agora difícil de descobrir), mas também é provável que sobretudo o Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, a Biblioteca Nacional de Lisboa (Secção de Periódicos) e o Arquivo da Diocese de Cabo Verde, na Praia, ainda nos possam vir a oferecer mais algumas novidades: ou de trabalhos cujos títulos (e só isso) já conhecemos, ou de outros eventual e totalmente desconhecidos. Até em Bissau não será de excluir totalmente a hipótese do encontro de alguns dados úteis<sup>3</sup>.

## O LONGO E DIFÍCIL CAMINHO DO SACERDÓCIO (1844-1855)

### 1. Nascido em Bissau, da família Marques de Barros

Marcelino Marques de Barros nasceu em Bissau em 1844, embora não saibamos o dia certo nem o nome dos pais, sabendo

---

<sup>1</sup> René Pelissier, *História da Guiné, portugueses e africanos na Sene-gâmbia, 1841-1936*, vol. II, Lisboa, 1989, p. 324 (Bibliografia). Na Bibliografia consultada, o Autor cita apenas duas obras do Padre Marcelino de Barros, colocando-as na bibliografia secundária e com comentários pouco elogiosos.

<sup>2</sup> Henrique Pinto Rema, *História das Missões Católicas da Guiné*, Braga, 1982; Benjamim Pinto Bull, *O crioulo da Guiné-Bissau, filosofia e sabedoria*, Lisboa, 1989.

<sup>3</sup> O arquivo da Diocese de Cabo Verde, pelos informes que colhi, encontra-se ainda desorganizado e praticamente inconsultável. Em Bissau, na Conservatória do Registo Civil, onde se encontram registos de nascimentos e assentos de baptismos da 2.ª metade do séc. XIX, o estado de abandono e de incúria, no momento em que o tentei consultar, era simplesmente desolador e deplorável! ...

entretanto que ele era sobrinho do grande comerciante João Marques de Barros, natural de Bolama e um dos poucos grandes que a Guiné registou no séc. XIX (de parceria com Caetano Nosolini, João Pereira Barreto e pouco mais), com bens avultados em Bolama (a célebre feitoria «Casa Nova») e Bissau (basta reparar na importante casa que mantinha junto ao rio e que doou em testamento à Santa Casa da Misericórdia da Praia e que o Governador Caetano e Albuquerque arrendou em 1873 para servir de hospital e alfândega). Possuía bom número de escravos, armados à sua custa, e com eles conseguiu por vezes ajudar a defender a própria fortaleza, atacada pelos Pepéis locais<sup>4</sup>.

Da família do Padre Marcelino conhecemos ainda mais alguns parentes de certa notoriedade: o capitão Adolfo Eduardo da Silva (sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa) e Cristiano Marques de Barros, que em Dezembro de 1899 era «capitão dos portos da Província da Guiné»<sup>5</sup>.

Salienta-se propositadamente a relevância social desta família para que se possa entender melhor a escolha de Marcelino de Barros para fazer estudos eclesiásticos num Seminário de Portugal. O próprio Marcelino dirá mais tarde, já no fim da sua vida, que sua ida para Portugal se integrava na estratégia do Marquês de Sá da Bandeira (Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar): este desejava que «as Missões fossem servidas pelos descendentes das famílias de maior influência e respeito entre os indígenas das nossas colónias, e por isso nós fomos os primeiros»; e acrescenta até, como curiosidade, que na abertura do Colégio das Missões em Sernache do Bonjardim, os alunos africanos eram todos da Guiné: Filipe da Silva Pinto e António Pedro (da família ilustre dos Barretos e Alvarenga), Nicolau Tolentino (da nobre casa dos Hoppfers e dos Barros, de S. Tiago) e ele, Marcelino de Barros<sup>6</sup>.

---

<sup>4</sup> René Pelissier, *História da Guiné, portugueses e africanos da Senegâmbia, 1841-1936*, vol. I, Lisboa, 1989, p. 97.

<sup>5</sup> Arquivo dos Franciscanos Portugueses em Bissau, *Correspondência expedida, 1889-1908*, fl. 3.

<sup>6</sup> Entrevista ao jornal «Novidades» (19 de Setembro de 1927), in *O Missionário Católico*, Setembro de 1927, pp. 29-32.

## 2. Os estudos Preparatórios e Teológicos feitos em Sernache do Bonjardim (1855-1866)

Vai para Portugal a expensas do orçamento da Província de Cabo Verde, segundo informa em 10 de Julho de 1855 o Governador Geral, António Maria Barreiros Arrobas<sup>7</sup>. Entrou inicialmente no Seminário Patriarcal de Santarém e, logo que abriu o Real Colégio das Missões Ultramarinas em Sernache do Bonjardim (8 de Novembro de 1855), para aí foi transferido e aí ficará até à recepção do sacerdócio em 1866.

Este Real Colégio, como se pode ver pelos Estatutos do mesmo em 1884 (art.º 1) tinha como finalidade «a educação intelectual e moral, e a ordenação de mancebos europeus que se queiram dedicar ao sacerdócio para satisfazer as necessidades religiosas do real Padroado na África, Ásia e Oceania, e é o ponto central de todos os trabalhos religiosos nas possessões portuguesas»<sup>8</sup>.

Enquanto se não abriu o Seminário-Liceu de S. Nicolau em Cabo Verde (1866), este Real Colégio serviria também para a preparação de candidatos da Diocese de Cabo Verde, aí incluídos alguns da Guiné<sup>9</sup>.

O nível geral dos estudos aí ministrados pode considerar-se bastante satisfatório, a julgar pelo Programa de estudos respectivo. Conhecemos o programa de 1884, portanto um pouco posterior à estadia do Padre Marcelino, e sabemos que o mesmo foi registando vários melhoramentos após a sua abertura em 1855, mas isso não invalida a apreciação global do nível de estudos aí ministrado, até porque o Padre Marcelino aí se manteve ao longo dos 11 primeiros anos de funcionamento, e também porque sabemos que durante esses longos anos de estudo ele foi sempre classificado «honrosamente nas notas tomadas sobre o seu comportamento e aplicação estudiosa»<sup>10</sup>.

<sup>7</sup> A.H.U. (Lisboa), 2.ª Secção, *Cabo Verde*, Pasta 65 (1853-1855).

<sup>8</sup> *Bol. Of. da Guiné Portuguesa*, n.º 6, Fevereiro de 1885.

<sup>9</sup> Em 8 de Março de 1857 o Bispo D. Patrício Xavier de Gouveia informa que, por portaria do Ministério do Ultramar de 11 de Novembro de 1856, de entre os 10 alunos possíveis, da Diocese de Cabo Verde, se escolham ao menos quatro da Guiné para entrarem no Colégio de Sernache (A.H.U., *Cabo Verde*, 2.ª Secção, Pasta 67).

<sup>10</sup> «A Missão da Guiné e o Reverendo missionário Marcellino Marques de Barros», por António José Boavida, in *Annaes das Missões Ultramarinas*, Lisboa, 1889, 2.º ano, pp. 36-40.



O dito Colégio abriu com as cadeiras de Gramática Latina, Filosofia e Teologia Moral, e seguidamente se adicionaram as de Retórica, Teologia Dogmática, etc.<sup>11</sup>. Em 1884 o programa completo constava de 9 anos, divididos em 2 Cursos: os Preparatórios (do 1.º ao 6.º ano) e o de Ciências Eclesiásticas (do 7.º ao 9.º). Eis as cadeiras curriculares respectivas:

- 1.º Ano: Português, Latim e Desenho.
- 2.º Ano: Francês, Latim e Desenho.
- 3.º Ano: Literatura nacional e eloquência, Latinidade e Desenho.
- 4.º Ano: Inglês, Aritmética, Princípios de Álgebra e Trigonometria e Desenho.
- 5.º Ano: Filosofia racional e moral, Princípios de direito natural e de legislação civil, direito público e administrativo português.  
Economia política e doméstica e noções gerais de comércio.  
Física e Química, com aplicação às Artes.
- 6.º Ano: Introdução à história natural e noções gerais de biologia.  
História universal e pátria, e noções gerais de filologia e etnologia.  
Cosmografia, geografia, topografia colonial e explorações geográficas modernas.
- 7.º Ano: História eclesiástica e das Missões.  
Teologia Fundamental, hermenêutica sagrada e arqueologia bíblica.
- 8.º Ano: Teologia dogmática e Teologia Moral.
- 9.º Ano: Direito eclesiástico, Teologia sacramental e litúrgica<sup>12</sup>.

Durante os últimos três anos do Curso, os alunos eram ainda obrigados a adquirir alguns conhecimentos médicos, aplicáveis aos

---

<sup>11</sup> Cândido da Silva Teixeira, *O Collégio das Missões em Sernache do Bonjardim — Traços monographicos*, Lisboa, 1905, p. 180.

<sup>12</sup> *Bol. Of. da Guiné Portuguesa*, n.º 6, Fevereiro de 1885.

climas tropicais, e ministrados por um facultativo<sup>13</sup>. Julgamos portanto poder afirmar que recebeu em Sernache do Bonjardim uma formação intelectual bastante satisfatória.

Aliás, se compararmos os programas de Sernache com o que sabemos da formação dos seminaristas em Cabo Verde apenas 14 anos antes, notaremos facilmente que nos encontramos já a muitos quilómetros de distância, para melhor<sup>14</sup>.

Em Sernache, além dos estudos filosófico-teológicos, o jovem Marcelino revelou também seus dotes artísticos e desportivos. Foi dele o desenho da imagem de Nossa Senhora da Conceição que se venerava na igreja do Colégio<sup>15</sup>, e em desporto era considerado o melhor jogador de damas; talvez já aí tenha começado também o seu gosto conhecido pela arte da fotografia.

Finalmente, ao fim de 11 anos em Sernache e terminados os estudos curriculares, foi Marcelino de Barros ordenado sacerdote pelo bispo de Cabo Verde em 16 de Agosto de 1866. Daí a poucos meses estaria de regresso à sua pátria de origem, com uma satisfatória bagagem de conhecimentos adquiridos.

## SACERDOTE NA PÁTRIA DE ORIGEM, A GUINÉ (1866-1885)

### 1. Situação político-social e religiosa da Guiné nessa altura (breve síntese)

Embora com risco de simplificação demasiada, apontar-se-ão de seguida alguns tópicos sobre a situação geral da Guiné («Sene-gâmbia portuguesa») na época em que o Padre Marcelino aí trabalhou. Essa visão sintética permitirá um melhor enquadramento dos informes que a seguir se apresentam sobre sua vida e activi-

<sup>13</sup> *Ibidem*, art. 55 dos Estatutos do Colégio.

<sup>14</sup> Em 4 de Outubro de 1852 o bispo D. Patrício de Moura considera a ignorância do seu clero «proveniente do estado de abandono a que por espaço de 23 anos esteve votado, sem aulas, sem mestres e sem prelado que o governasse e que procurasse dar-lhe uma instrução essencialmente necessária para bem desempenhar as funções paroquiais que lhe haviam de ser cometidas; ordenaram-se homens quase analfabetos, ignorantes totalmente da Liturgia, das matérias teológicas e alguns até da Gramática Latina» (Henrique Rema, *História das Missões Católicas da Guiné*, Braga, 1982, p. 281).

<sup>15</sup> In *Annaes das Missões Portuguezas Ultramarinas*, Lisboa, 1869, p. 235.

dades. Para a síntese em causa, socorri-me principalmente de alguns Relatórios da época, dos quais destacarei particularmente: Honório Barreto<sup>16</sup>, Pedro Inácio de Gouveia<sup>17</sup>, Caetano Albuquerque<sup>18</sup>, Francisco Silva<sup>19</sup>, Damasceno da Costa<sup>20</sup>.

Através desses Relatórios gerais e doutras fontes complementares a que podemos ainda ter acesso, é-nos possível formar uma ideia aproximada sobre o ambiente político-social e religioso que nessa altura se viveu na Guiné. Vejamo-lo então, sumariamente:

### 1.1. *Situação político-social*

Poderemos dizer que a Guiné onde o Padre Marcelino trabalhou se caracterizava fundamentalmente por:

1.1.1. *Ser uma colónia portuguesa sem limites geográficos suficientemente definidos.* De facto, só em 1886, após a Conferência de Berlim, a Guiné actual ficará realmente definida, embora ainda com algumas pequenas correcções posteriores, cujas consequências aliás ainda hoje levantam alguns problemas políticos. À luz desta indefinição política e geográfica se compreenderá mais facilmente porque é que em 1883 o Padre Marcelino escreverá um artigo sobre rios da Guiné e o desconhecimento que sobre eles têm vários escritores na Europa.

1.1.2. *Apresentar um domínio português razoavelmente garantido em algumas zonas costeiras ou atingidas pela navegação fluvial, mas ainda sem verdadeiro controle das regiões interiores do país.* Vejamos por exemplo qual era a situação existente no momento

---

<sup>16</sup> Honório Pereira Barreto, *Memória sobre o estado actual de Sene-gambia Portuguesa, causas da sua decadencia e meios de a fazer prosperar*, Lisboa, 1843.

<sup>17</sup> Pedro Inácio de Gouveia, *Relatório escrito de Bolama em 10 de Outubro de 1882*, publicado in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 1952, n.º 26, pp. 407-475.

<sup>18</sup> Caetano Alexandre Almeida e Albuquerque, *Relatórios dos Governadores das Províncias Ultramarinas (...), 1872-1874*, vol. I, Lisboa, 1875.

<sup>19</sup> Francisco Teixeira da Silva, *Relatório do Governo da Província da Guiné Portuguesa, 1887-1888*, Lisboa, 1889.

<sup>20</sup> Damasceno Isaac da Costa, «Relatório do serviço da delegação de saúde na villa de Bissau, respectivo ao anno de 1884», in *Bol. Of. da Guiné Portuguesa*, 1886, n.º 13, p. 187.

particularmente importante da autonomia da Guiné em relação a Cabo Verde (1879). A Guiné aí aparece dividida em 4 concelhos: Bissau, Cacheu, Bolama e Buba. A praça de Bissau continua com a dependência histórica de Geba e os fortins arruinados de S. Belchior, Fá e Ganjarra, no rio Geba. Cacheu, com as dependências históricas de Farim e Ziguinchor e as aldeias de Bolor, Jufunco e Varela, em território felupe (com o domínio de Ziguinchor já muito periclitante). Bolama aparece-nos em ligação com as ilhas de Orango e das Galinhas, nos Bijagós. O Rio Grande Buba protegendo ainda algumas feitorias («pontas») razoavelmente activas, embora em número muito menor em relação a décadas anteriores.

Nas praças ajudavam permanentemente os grumetes, em diferentes serviços; embora não habitassem dentro das fortalezas existentes<sup>21</sup>, viviam ligados à vida da praça. Para lá das praças era domínio dos régulos, com os quais se tentava historicamente praticar uma política de «boa vizinhança» e oferta de «daxas», política útil e necessária nomeadamente para a normalização do comércio.

1.1.3. *Uma situação de grande abandono por parte do Governo central de Lisboa e do Governo provincial de Cabo Verde.*

No momento da separação com Cabo Verde (18 de Março de 1879), altura em que algo começou a mudar para melhor na Guiné, o que se verificava era uma administração pública e militar apenas incipiente, de que, entre outros, o Relatório de Pedro Inácio de Gouveia é testemunho claro: «o pessoal encarregado de montar o serviço público nos seus diferentes ramos da administração, faltava-lhe a prática e o estudo, e os conhecimentos especiaes ainda que em alguns lhe subejam a bôa vontade. Se tivessem vindo como funcionários especiaes homens conhecedores das diferentes especialidades do serviço, em comissão bem remunerados, excepcionalmente remunerados, encarregados da educação do pessoal que devia ficar exercendo os cargos permanentemente, o serviço lucrava e o excesso da despesa compensava-o por certo»<sup>22</sup>. Esta situação

---

<sup>21</sup> Por exemplo, em Bissau, habitavam fora da muralha de 2,5 metros de altura e 384 metros de comprimento, construída em 1872. Eram «cristãos-pagãos», destacando-se notoriamente em relação aos restantes indígenas não ligados à vida diária da praça, embora solidários com eles em momentos de agitação armada.

<sup>22</sup> Relatório de Pedro Inácio de Gouveia (1882), in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, n.º 26 (Abril de 1952), p. 414.

de grande abandono e verdadeira marginalização da «Senegâmbia portuguesa», sobretudo até 1879, concretizava-se visivelmente em diferentes sectores da vida da colónia, nomeadamente:

- Um pessoal administrativo muito pouco eficiente, sem preparação técnica suficiente e muito mal pago. Por isso se dedicavam também quase todos à vida comercial e militar, de modo a auferir mais alguns rendimentos.

As próprias repartições do Estado, na cidade de Bissau em 1884, funcionavam todas em casas particulares arrendadas, e isso já é sintomático<sup>23</sup>. É também significativo que o primeiro recenseamento de toda a população das praças da Guiné apenas tenha sido iniciado em 1882<sup>24</sup>.

- Uma força militar débil, em comparação por exemplo com as colónias francesas vizinhas: a força militar da Província (Exército) compunha-se em 1882 do batalhão de caçadores n.º 1 de África Ocidental, e duma bateria de artilharia criada em 1 de Abril de 1879. A marinha compunha-se das seguintes embarcações: «Guiné», lanchão «Cassine», dois escaleres «Buba» e «Orango»; de vela, tinha o hiate «Marinha Grande» e três chalupas, das quais uma estava em litígio. O mesmo Governador Pedro Inácio de Gouveia atesta que estas forças não são suficientes nem muito eficientes<sup>25</sup>.

- Escolas e saúde eram quase inexistentes: em 1884 havia apenas umas 4 ou 5 Escolas primárias em todas as praças da Guiné, com algumas dezenas de alunos cada uma e com os resultados que podem ser vistos nos Boletins Oficiais da colónia ao longo dos diferentes anos. Os professores mais desejados (a julgar pelo testemunho de vários Governadores, a que mais adiante se fará referência), parecem ter sido os Missionários, quando existiam. No entanto, também os poucos missionários (por diferentes razões, mas certamente sobretudo de ordem económica) abandonavam por vezes

---

<sup>23</sup> Relatório de Damasceno Isaac da Costa (1884), in *Boletim Oficial do Governo da Província Portuguesa da Guiné*, 1886, n.º 15, p. 63.

<sup>24</sup> As instruções em 12 artigos, dadas pelo Governador Pedro I. de Gouveia para este recenseamento em 1 de Março de 1882, podem ver-se em *Bol. Of. da Prov. Port. da Guiné*, 1882, p. 38.

<sup>25</sup> Relatório de Pedro I. de Gouveia, 1882, *loc. cit.*, pp. 431-443.



esta actividade escolar. Por isso em 18 de Dezembro de 1873, após comunicação recebida da Secretaria do Governo Geral da Província, o bispo D. José Dias Correia censura os vários sacerdotes que ultimamente têm pedido sua exoneração de professores de instrução primária. E adianta que, mesmo que não tivessem alguma remuneração (como de facto têm), mesmo nessas condições deveriam continuar a ensinar<sup>26</sup>.

Em 1882, Pedro Inácio de Gouveia lamentava profundamente a falta de qualquer internato para raparigas, bem como uma Escola de Artes e Ofícios<sup>27</sup>.

Na saúde, apesar de desde 1872 haverem sido decretadas normas de higiene notoriamente avançadas para o tempo<sup>28</sup>, no entanto essas normas não passavam de letra-morta, e bastará o citado Relatório de Damasceno da Costa para nos apercebermos de como a situação da saúde na Guiné era semelhante à da Escola: pobreza enorme dos hospitais de Bissau e Geba, crianças em Bissau com menos de dois anos morrendo mais de metade, etc.

<sup>26</sup> Arquivo dos Franciscanos Portugueses em Bissau, *Correspondência expedida*, 1889-1908, fl. 35-36.

<sup>27</sup> Relatório de Pedro I. de Gouveia (1882), *loc. cit.*, p. 454.

<sup>28</sup> Repare-se nas determinações feitas no código de posturas aprovado pelo Governo da Província em 1872, quando a Guiné ainda estava anexa a Cabo Verde:

- É prohibido ter na rua couros pôdres, ou outro qualquer objecto que exhale mau cheiro (art. 1.º).
- É prohibido crear porcos ou leitões dentro da casa de habitação, nos quintaes ou páteos ou em edificações ahi existentes (art. 6.º).
- É igualmente prohibido ter ou conservar porcos ou leitões amarrados ou presos na rua, ou à porta da casa de morada ou de qualquer estabelecimento (art. 7.º).
- É proibido envenenar couros dentro da povoação, mas é permitido fora d'esta, ou no Ilhéu do Rei (art. 17.º).
- Não é permitida a venda de carne fora do local de açougue, sob pena de perdimento da carne (§ 4.º do art. 23.º), nem nas vias públicas (§ 3.º do art. 24.º).
- É prohibido deitar qualquer objecto dentro das fontes públicas que suje e estrague a água que d'ellas se tira para diversos usos, bem assim a lavagem de pessoas e effeitos junto às fontes ou poços públicos (art. 26.º).

Mas — comenta Damasceno — «Tudo a bem no papel, em execução nada!» (Relatório de Damasceno Isaac da Costa, *loc. cit.*, n.º 31, p. 131).



1.1.4. *A vida económica não controlada pelo Governo.* O comércio maior era controlado por representantes de casas estrangeiras, sobretudo francesas (de Marselha, Bordéus, etc.) com sucursais em Dakar. Grandes comerciantes locais, apenas 3 ou 4 casas, entre elas a da família Marques de Barros. A mancarra era o produto principal de exportação, cultivada um pouco por todo o lado, mas principalmente nas feitorias do Rio Grande; mas também ela começava a ser depreciada no comércio internacional, com o concorrência do gergelim da Índia e outros produtos oleaginosos<sup>29</sup>. Além da mancarra, a cera (2 fábricas em Bissau, em 1884, para clarificação da mesma), os couros, os panos azuis tingidos (de Geba e Farim), a purgueira da ilha de Bissau, o óleo de palma dos Bijagós, algum artesanato em metais e madeira (pelos fulas de Geba), algum raro ouro em Geba e Farim, etc.

A agricultura, ainda rudimentar em 1882, com o arroz já como base principal da alimentação (produzido nessa altura sobretudo por manjacos), e Governo português que não liderava de modo algum, ao contrário do que desejava Pedro Inácio de Gouveia, o desenvolvimento agrícola com a introdução de novos produtos<sup>30</sup>.

1.1.5. *Lutas de algumas etnias, com incidência negativa na vida comercial e agrícola.* É o tempo das lutas entre fulas e mandingas (com a derrota dos mandingas do Kaabú na célebre batalha de Kansala, por volta de 1866) e entre vários grupos fulas entre si. Com a administração portuguesa procurando defender seus postos militarizados, bem como as facilidades comerciais na zona do rio Geba e do Rio Grande de Buba. Para se ter uma ideia da incidência negativa na agricultura, bastará referir que em meados do séc. XIX chegou a haver umas 60 feitorias no Rio Grande, enquanto que em 1884 já só umas 10 estavam activas<sup>31</sup>. As lutas entre fulas e mandingas na zona de Farim se referirá o Padre Marcelino de Barros numa das suas cartas (1870), como mais adiante se dirá.

1.1.6. *Ingleses, e sobretudo franceses, com pretensões a alguns pontos da Guiné.* É a altura da corrida europeia para a África, iniciada já antes da Conferência de Berlim (1885). Na «Senegâmbia portuguesa», desde 1837 que a França deitava olhos apetitosos

<sup>29</sup> Relatório de Pedro I. de Gouveia, *loc. cit.*, p. 444.

<sup>30</sup> Idem, *ibidem*, pp. 445-448.

<sup>31</sup> Relatório de Damasceno da Costa, *loc. cit.*, n.º 44, p. 183.

sobre Ziguinchor, na região do Cazamança; e a Inglaterra tentará a obtenção de Bolama. Os primeiros serão bem sucedidos em 1886, após a Conferência de Berlim; os segundos serão afastados pela arbitragem internacional de Ulisses Grant em 1870.

A esta presença não-portuguesa na Guiné se opôs fortemente Honório Pereira Barreto, nos seus governos, e se oporá também em 1880 o Padre Marcelino de Barros, como mais adiante se informará em pormenor.

## 1.2. Situação religiosa

A situação religiosa, ao tempo do Padre Marcelino de Barros na Guiné, poderá ser caracterizada pelos traços seguintes:

1.2.1. *Pouquíssimos missionários para um grande campo aberto mas ingrato.* A média de missionários na Guiné durante os anos 1866-1885 deve ter andado por uns três ou quatro. Mas chegou, mais que uma vez, a haver um só, como por exemplo em 1878<sup>32</sup>, ano em que o total das paróquias existentes era de oito<sup>33</sup>. Os bispos raramente passavam pela terra firme de Guiné e durante o tempo do Padre Marcelino nenhum por lá passou.

Porém, ao contrário da 1.ª metade do séc. XIX, os Governadores da colónia até apreciavam muito o trabalho dos missionários como veículos preferenciais de «civilização», sobretudo através da escola. Há testemunhos claríssimos nesse sentido. Além do já citado Pedro Inácio de Gouveia (1882), repare-se nesta passagem de Francisco Teixeira da Silva: «Se em todos os pontos ocupados houvesse um padre, teríamos professores habilitados no ensino primário, que nos custariam menos (...), é cada vez mais urgente estabelecer entre os selvagens missões civilizadoras, cujo chefe seja o missionário em vez do official militar acompanhado de soldados, que são geralmente os mais desmoralizadores sertanejos com quem os indígenas têm praticado»<sup>34</sup>. E o Governador Joaquim da Graça Correia e Lança: «Eu sou mais pelos efeitos da palavra dos Lavigierie do

<sup>32</sup> Henrique Pinto Rema, *Hist. das Missões Católicas da Guiné*, Braga, 1982, p. 307.

<sup>33</sup> A.H.U., *Cabo Verde*, 2.ª Secção, Pasta 67 (1878). As respectivas paróquias eram: Bissau, Cacheu, Farim, Geba, Ziguinchor, Bolor, Rio Grande e Bolama.

<sup>34</sup> A.H.U., *Guiné*, 2.ª Secção, Pasta 3 (1888).

que pelos resultados da artilharia das esquadras combinadas. As Missões Católicas têm uma história honrosíssima em África, e a essas beneméritas instituições está ainda reservado um papel mais importante»<sup>35</sup>.

Simplemente, o clima continuava a ser hostil e por vezes mortífero ao fim de pouco tempo, como no caso do Padre Especioso Fernandes, morto em 1879 em Bolama pouco tempo depois da sua chegada<sup>36</sup>. Os padres vindos de Sernache do Bonjardim — e foram bastantes — eram obrigados a servir na Guiné ao menos durante cinco anos, e partir de 1884 passou para seis anos obrigatórios<sup>37</sup>, mas procuravam geralmente sair de lá se possível antes do tempo. O documento talvez mais paradigmático, neste sentido, é a carta do bispo de Cabo Verde, em 1880, ao Governador da Guiné, Agostinho Coelho: «Experimento sempre dificuldades graves quando procuro mandar padres para a Guiné, e raras vezes que não tenha que invocar o preceito da obediência e, ainda mais, a ameaça da pena de suspensão, para prestarem naquela província os serviços próprios do seu ofício. A inclemência do clima, o desconforto da vida, muitas vezes os atritos produzidos pelos chefes dos presídios, de que resulta desfavor e falta de protecção ao padre e à igreja, as dificuldades de comunicações, e ainda a ausência dum futuro que proporcione ao missionário a justa remuneração de suas fadigas experimentadas no serviço da missão, tais são, além de outras, as causas que no meu entender atraem aquelas dificuldades. E se contra elas não tenho tido, nem devo ter para com os padres outra linguagem que não seja a de fazer-lhes sentir a necessidade da obrigação e de certa ordem de sacrifícios, tão próprios do seu elevado carácter, é por outro lado certo que o padre não pode prescindir de certas exigências necessárias à conservação da vida e ainda como auxiliares indispensáveis à própria missão»<sup>38</sup>.

Também a remuneração que os missionários recebiam era muito pouco convidativa, e o Padre Marcelino há-de justamente propugnar por melhorar um pouco esse estado de coisas. Até os

---

<sup>35</sup> Henrique Pinto Rema, *op. cit.*, p. 354.

<sup>36</sup> *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, 1952, n.º VII, p. 802.

<sup>37</sup> Art. 89.º do Estatuto do Colégio de Sernache, aprovado em 3 de Dezembro de 1884, in *Bol. Of. da Guiné Portuguesa*, n.º 6, 1885.

<sup>38</sup> Henrique Pinto Rema, *op. cit.*, p. 318.

próprios Governadores se apercebiam da injustiça e ineficácia dessa situação<sup>39</sup>.

Nestas condições, a vida dos missionários era frequentemente itinerante, sobretudo quando o número de missionários se aproximava do zero: havia que tentar acorrer a vários locais ao mesmo tempo, «tapar vários buracos», com estadias passageiras, mas que iam ao menos alimentando o fogo morto.

Nestas condições também, a administração dos sacramentos, sobretudo do baptismo, tinha de ser bastante «facilitada», conforme acontecera em séculos anteriores<sup>40</sup>. A vida dos cristãos grumetes, sem a presença frequente e despertadora do padre, deixava muito a desejar, sendo frequentemente semelhante à dos pagãos, embora com a prática do culto cristão; em 1870 o Padre Marcelino a isto se referirá, na sua ida a Farim, carta que adiante se reproduz em Apêndice documental. Os locais de culto eram, no geral, de fraquíssima aparência, ou não chegavam a existir, sobretudo no caso das freguesias ultimamente criadas de S. Francisco Xavier de Bolor e Santa Cruz de Buba<sup>41</sup>.

Diferentemente do que acontecera desde meados do séc. XVII até 1834, verificava-se agora também a falta de alguma Congregação religiosa, que teria certamente mantido maior permanência de missionários e aguentaria talvez melhor as agruras da missão. Isto mesmo disse o Visitador extraordinário enviado à Guiné em 1899 (Cónego Francisco Ferreira da Silva), pensando nomeadamente nos Franciscanos portugueses, que já lá tinham estado em séculos anteriores<sup>42</sup>.

---

<sup>39</sup> Em 14 de Fevereiro de 1872 o Governador Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque diz explicitamente que as côngruas dos párcos são diminuíssimas (A.H.U., *Cabo Verde*, 2.ª Secção, Pasta 61 [1872]).

<sup>40</sup> Uma reacção contra tais «facilidades» pode encontra-se em carta do bispo de Cabo Verde, em 23 de Maio de 1867, criticando o Vigário Geral por ter baptizado gente sem a necessária preparação. Mas esta não era a prática habitual (A.H.U., *Cabo Verde*, 2.ª Secção, Pasta 52 [1867]).

<sup>41</sup> Carta do secretário do bispo de Cabo Verde (cónego José Maria Pinto) em 29 de Agosto de 1873 (A.H.U., *Cabo Verde*, 2.ª Secção, Pasta 62). Igualmente a carta do bispo de Cabo Verde ao Governador Geral da Província, em 4 de Julho de 1876 (A.H.U., *Cabo Verde*, 2.ª Secção, Pasta 66).

<sup>42</sup> Francisco Ferreira da Silva, *Apontamentos para a história da administração da Diocese e da organização do Seminário-Lyceu*, Lisboa, 1899, pp. 77-94.

E, finalmente, não podemos esquecer que continuava ainda o espírito de «padroado português», muito céptico em relação a missionários estrangeiros, sobretudo de colónias francesas vizinhas. Desse espírito comungará também o Padre Marcelino, como mais adiante se dirá.

Nestas condições, o número de missionários não poderia aumentar significativamente, já que Portugal tinha também responsabilidades religiosas noutras colónias e que suas capacidades eram naturalmente limitadas, sobretudo após a revolução liberal de 1834.

O Seminário-Liceu da Diocese de Cabo Verde abrirá suas portas em S. Nicolau em 1866, mas, apesar da sua proximidade maior em relação à Guiné, também não haveria de estar nele a solução dos problemas religiosos desta terra: desde 1866 até aos inícios do séc. XX apenas um padre da Guiné (Padre Henrique Lopes de Cardoso), por sinal também importante, será ordenado em 1889. A situação só começará a melhorar um pouco em 1932 (vinda da segunda Missão franciscana portuguesa), seguida da vinda de novos Institutos missionários em meados do nosso século (P.I.M.E. em 1947; Franciscanos de Veneza em 1955, etc.). Ainda hoje, com vários outros Institutos vindos sobretudo após a criação da Diocese de Bissau (1977), ainda os missionários continuam a ser insuficientes para as tarefas que os desafiam.

## 2. O Missionário incansável (1866-1885)

### 2.1. *Antes de Vigário Geral* (1866-1873)

Embarca para a Guiné em 5 de Dezembro de 1866, após despedida solene no Seminário de Sernache em 2 do mesmo mês e ano, com a tradicional entrega do crucifixo da missão. Chegado à Guiné, começa logo sua corrida para atender aqui e acolá onde a necessidade é mais urgente. Assim vai acontecer durante o tempo que permanecer na sua pátria de origem. Vejamos então o «filme» dessa corrida.

2.1.1. *Pároco de Bissau* (Janeiro-Agosto de 1867). Para aí é nomeado por um ano, por provisão do bispo de Cabo Verde de



3 de Dezembro de 1866<sup>43</sup>. Toma posse da paróquia a 4 de Janeiro de 1867<sup>44</sup>. Já em Bissau, escreve a um dos padres de Sernache, em 9 de Janeiro desse ano, manifestando seu contentamento por ter chegado enfim ao destino que desejava, à sua querida pátria de Guiné. Descreve também as primeiras impressões sobre a cristandade de Bissau: como os cristãos locais eram ávidos de possuir um pároco exemplar, como eram naturalmente religiosos mas também muito supersticiosos; como ele estava preparado para «dar batalha aos grumetes» dessa paróquia<sup>45</sup>.

Em Bissau, fica junto dos parentes e amigos, mas isso lhe traz também sobrecarga de preocupações e solicitações de toda a ordem que não o entusiasma demasiadamente, como se pode entrever por uma outra carta escrita já de Bolor em 23 de Dezembro de 1868<sup>46</sup>.

Logo em 26 de Fevereiro de 1867, ao contrário de outros missionários do seu tempo que fugiam ao ensino escolar, como atrás se disse, aceita a comissão extraordinária de serviço público como professor de instrução primária em Bissau. Em 5 de Junho do mesmo ano de 1867 escreve para Sernache, agradecendo livros que daí recebera em resposta à sua primeira carta para esse Colégio, e dando contas de como vai seu ensino na Escola de Bissau: ensina a Cartilha, Gramática portuguesa, leitura e escrita, canto-chão e música; aos sábados cantam a ladainha de Nossa Senhora acompanhada ao piano<sup>47</sup>.

Na mesma carta informa ainda que a «desobriga» quaresmal foi bastante boa, bem como a Semana Santa. E informa, admirado, que o envio dos livros chegou intacto como saíra de Portugal, ao contrário do que sempre costuma acontecer, mesmo com as simples cartas do correio!

Poucos meses se demora em Bissau, porque logo a 1 de Julho de 1867 entrega a paróquia local ao cónego Joaquim Vicente Moniz,

---

<sup>43</sup> Arquivo da Diocese de Bissau, *Artigos de visitas, provisões e circulares*, 1855-1886, fl. 19v.

<sup>44</sup> *Ibidem*, fl. 20.

<sup>45</sup> In *Annaes das Missões Portug. Ultramarinas*, Lisboa, 1867, n.º 3, p. 46.

<sup>46</sup> *Ibidem*, 1868, n.º 7, pp. 108-112.

<sup>47</sup> Notar que em Cacheu, em 1882, se dava na Escola primária o seguinte: Cartilha nacional, Método facillimo, Bíblia da Infancia, Manual Enciclopédico e Doutrina Cristã (*Bol. Of. da Guiné Portuguesa*, 1882, p. 89).



e no mesmo dia lhe dá posse do cargo de professor da Escola primária local <sup>48</sup>.

2.1.2. *Pároco de Ziguinchor, com auxílio às paróquias de Bissau, Farim e Bolor* (Agosto de 1867-Agosto de 1869). É nomeado pároco de Ziguinchor por provisão do Vigário Geral, cónego Vicente Moniz, de 1 de Agosto de 1867 <sup>49</sup>, mas continuará a prestar o auxílio possível à paróquia de Bissau, bem como às paróquias de Farim e Bolor, esta última criada em 2 de Março de 1868 <sup>50</sup>.

Em 3 de Outubro é nomeado professor de instrução primária em comissão em Bolor <sup>51</sup> e em 15 de Outubro do mesmo ano é nomeado professor de Farim em comissão em Bolor <sup>52</sup>.

Na carta de 13 de Dezembro de 1868, escrita de Bolor, ele mesmo diz que tem «carta de encomendação da freguesia de Nossa Senhora da Graça de Farim, com ordem de servir a de S. Francisco Xavier de Bolor». Seus trabalhos principais parecem ter sido junto aos felupes da Mata de Ucó ou Putama, no chão manjaco. Os felupes de Bolor, onde inicia seus trabalhos em 15 de Novembro de 1867, pouco entendem de crioulo; por isso ele se dedica à aprendizagem da respectiva língua. O número de habitantes aí é considerável (1.100 pessoas), mais de metade delas baptizadas, mas de crença muito superficial. Encanta-se com os gostos dos felupes pelo canto, e oferece objectos religiosos e prendas variadas (aguardente, imagens coloridas, tabaco, barretes vermelhos, cruces, verónicas, etc.) para despertar neles o entusiasmo, porque verifica que eles não compreenderam ainda em que é que o cristianismo poderá ajudar à prosperidade material do seu povo, por isso continuam ainda presos ao «espectáculo horroroso» e diário dos «djambacozes» masculinos e femininos. Vive feliz na sua pobreza no meio desse povo e gostaria de ver aí uma escola constituída em forma de

---

<sup>48</sup> Arquivo dos Franciscanos Portugueses em Bissau, *Termos de posse, pastorais*, 1867-1908, fls. 22-23v.

<sup>49</sup> *Ibidem*, fl. 24.

<sup>50</sup> Ofício n.º 8, de 19 de Agosto de 1867 (A.H.U., *Cabo Verde*, 2.ª Secção, 1.ª Repart., Pasta 3, «Mappa do Pessoal de que se compõem as diferentes freguezias da Guiné Portuguesa, Diocese de Cabo Verde»).

<sup>51</sup> Portaria n.º 224 de 1867, *ibidem*.

<sup>52</sup> Provisão de 15 de Outubro de 1867, *ibidem*.

colégio, que seria o «meio mais importante, real, abreviado e eficaz de converter e civilizar estes povos»<sup>53</sup>.

Em Bolor, ele se encarrega da valorização da fé dos neófitos locais. Este aprofundamento da fé aos neófitos justificava-se porque o baptismo dessa gente tinha sido demasiadamente «facilitado». O próprio Padre Marcelino, mais tarde, explicará porquê: é que em 1867 o cônego Vicente Moniz, seu antecessor no Vicariato geral da Guiné, tinha ido com o Governador do distrito a Bolar, e em poucas horas baptizou mais de 500 felupes. Como era Vigário Geral, não podia ficar ali para os catequizar convenientemente, e então, por ofício de 2 de Outubro de 1867, encarregou o Padre Marcelino da instrução desses recém-baptizados, que mais tarde haveriam de constituir a nova freguesia de S. Francisco Xavier de Bolor<sup>54</sup>. A princípio foi muito mal recebido, injuriaram-no atacando-o «nos seus brios de homem bem intencionado». Mas teve paciência e aguentou. As circunstâncias tornaram-se favoráveis e começaram posteriormente a acorrer ao seu «presbitério-cabana» muitos jovens, para ouvir a doutrina e aprender a ler; vinham de Jufunco, Ocor, Edjin, Caton e Varela, de modo que já não cabiam em casa nem nos alpendres. Isto se verifica até à chegada da cólera-morbus em 1869; nessa altura ele tem de ir para Cacheu.

Além de Bolor, dá umas saltadas também até aos felupes da Mata de Ucó ou Putama, como aconteceu de 29 de Setembro a 1 de Outubro de 1868. Aí queriam o baptismo apressadamente (pediam que «lhes lavasse a cabeça»), mas apenas em parte ele lhes satisfaz o desejo, porque seria rápido demais e porque não dera prévio conhecimento às autoridades de Cacheu. Deixou catequistas locais no seu regresso; deu uma cruz ao régulo, fez uma prática sobre o único Ser (Deus), sobre Jesus Crucificado e demais pontos essenciais da fé católica. À despedida trouxeram-lhe variados presentes: bananas, chabéu, galinhas, vinho de palma e até um cachorro!<sup>55</sup>.

---

<sup>53</sup> In *Annaes das Missões Portuguezas Ultramarinas*, Lisboa, 1868, n.º 7, pp. 108-112.

<sup>54</sup> In *Annaes das Missões Ultramarinas*, Lisboa, 1.º anno, 1889, p. 38. A «nota explicativa» do Padre Marcelino, a este respeito, tem a data de 22 de Outubro de 1885.

<sup>55</sup> In *Annaes das Missões Portuguezas Ultramarinas*, Lisboa, 1868, n.º 10, pp. 156-158.

Em 7 de Maio de 1869, por Ofício n.º 87 do Governador de Cacheu, é convidado a intervir na pacificação dos «felupes antropófagos» de Bote com os de Bolor. Desconhecemos os motivos específicos desta luta entre felupes, mas é provável que esteja relacionada com desejo de facilidades comerciais em Bolor, bem como com a situação de privilégio desta última localidade com as autoridades portuguesas, várias vezes reafirmada desde 1831<sup>56</sup>.

2.1.3. *Pároco de Bolor, com auxílio à paróquia de Cacheu* (Agosto de 1869-Agosto de 1870). Em Agosto de 1869 é nomeado oficialmente pároco de Bolor. Nessa localidade terá papel destacado na assistência aos flagelados pela epidemia de cólera que atingiu Bolor e Cacheu desde Agosto a Novembro desse ano e que terminaria por vitimar também o pároco de Cacheu, o guineense Padre Manuel Nicolau de Pina e Araújo. O último caso de cólera dessa altura verificou-se em Cacheu a 11 de Novembro do mesmo ano de 1869. Em atenção aos seus reais préstimos nesses momentos de particular aflicção, o Padre Marcelino é louvado em sessão da câmara de Cacheu de 15 de Dezembro de 1869, e os povos dessa mesma praça, na mesma altura, solicitaram que ele não saísse mais de Cacheu<sup>57</sup>.

Devido à morte do padre Pina Araújo, o Vigário Geral, por Ofício n.º 10 de 1869, nomeia o Padre Marcelino para ficar também extraordinariamente a atender a paróquia de Cacheu, embora sem deixar a paróquia de Bolor<sup>58</sup>. Sua acção em Bolor não se limita ao aspecto religioso, mas tem também repercussões políticas: assim, no tratado de cessão do território de Jufunco pelos felupes à nação portuguesa, em 3 de Agosto de 1869, assiste também «o Vigário da freguezia de Bolor»<sup>59</sup>.

2.1.4. *Pároco de Cacheu, com auxílio às paróquias de Bolor e Farim* (Agosto de 1870-Novembro de 1873). Em 17 de Agosto de 1870 é nomeado oficialmente pároco de Cacheu<sup>60</sup>. Isso leva agora

---

<sup>56</sup> René Pelissier, *História da Guiné, portugueses e africanos na Senegâmbia*, vol. I, 1989, pp. 167-168.

<sup>57</sup> «A Missão da Guiné e o Reverendo Missionário Marcellino Marques de Barros», por António José Boavida, in *Annaes das Missões Ultramarinas*, Lisboa, 1889, 2.º anno, pp. 36-40.

<sup>58</sup> A.H.U., Cabo Verde, 2.ª Secção, 1.ª Repart., Pasta 3.

<sup>59</sup> *Bol. Of. da Guiné Port.*, 1884, p. 84.

<sup>60</sup> A.H.U., Cabo Verde, 2.ª Secção, 1.ª Repart., Pasta 3.

a que uma representação do régulo e principais personalidades de Bolor venha de imediato tentar que o Padre Marcelino não seja transferido para Cacheu; o régulo diz mesmo que o Padre Marcelino lhes havia ensinado os costumes de moralidade e civilização, e até a comer e a vestir-se como gente civilizada!<sup>61</sup> O governador do Bispado acede a que ele fique em Cacheu, mas facultando-lhe que continue a visitar Bolor e concede-lhe mesmo em distinção o direito de apresentar um aluno gratuito para o Seminário diocesano<sup>62</sup>.

Em Cacheu, procura melhorar a arruinada igreja paroquial da praça, a capela de Santo António com orago Nossa Senhora da Natividade<sup>63</sup>, dando-nos uma ideia clara da sua situação ao tempo. Além da liturgia normal, aí ensina catequese aos domingos à tarde, seguindo de perto a regra de Santo Agostinho: «breviter, aperte, verisimiliter» e dando cumprimento às orientações do bispo de Cabo Verde, o qual em carta pastoral de 26 de Fevereiro de 1872 recomendara vivamente aos párocos essa obrigação inadiável<sup>64</sup>. Informa igualmente do estado de insegurança da praça de Cacheu, com assaltos e violências frequentes por parte dos Pepéis vizinhos, de Cacanda e outras aldeias.

Em Cacheu, o Padre Marcelino teve papel também importante no apaziguamento da sublevação verificada nessa praça em 24 de Janeiro de 1871 e que culminou com a morte do Governador Álvaro Telles Caldeira. As razões desse levantamento e a morte do dito Governador ainda hoje não estão bem esclarecidas, atribuindo-as João Barreto a uma mera casualidade, visto que os grumetes locais que o mataram queriam era vingar-se dos soldados caboverdeanos

---

<sup>61</sup> «A Missão da Guiné e o Reverendo Missionário Marcellino Marques de Barros», por António José Boavida, in *Annaes das Missões Ultramarinas*, Lisboa, 1889, 2.º anno, pp. 36-40.

<sup>62</sup> *Ibidem*.

<sup>63</sup> Esta capela de Santo António era já nessa altura a capela de Nossa Senhora da Natividade, seu Orago. Por isso, corrijo a informação dada em meu trabalho «Quatro séculos de vida cristã em Cacheu», in *Itinerarium*, 1988, n.º 132, pp. 335-375, onde considerei tratar-se de duas capelas diferentes. A dúvida persiste apenas em saber porquê e quando a capela passou a chamar-se unicamente de Nossa Senhora da Natividade.

<sup>64</sup> *Bol. Of. do Governo Geral da Prov. de Cabo Verde*, 1872, n.º 13, 30 de Março.

que haviam morto um dos seus durante um batuque na praça<sup>65</sup>, mas René Pelissier apresenta outras hipóteses igualmente plausíveis<sup>66</sup>.

Mas o Padre Marcelino não se esquece da «sua» paróquia de Bolor. Por isso aproveita a estadia em Cacheu para abrir uma subscrição entre 57 pessoas para vir a levantar uma igreja em Bolor, esperando que o Governo viesse a pagar o resto. Em pouco tempo a subscrição atingiu logo proporções animadoras (253\$520 réis) «entre poucas pessoas e muitos pobres». E para o adorno interior dessa futura igreja, escreveu a 9 de Agosto de 1869 a um aluno do Seminário de Sernache do Bonjardim, pedindo instruções sobre pintura e douradura, tencionando ele próprio pintar e decorar esta sua nova igreja, como já em Sernache fora ele que desenhara e pintara a imagem de Nossa Senhora da Conceição que se venera na igreja desse Seminário<sup>67</sup>.

Embora pároco de Cacheu e continuando a acompanhar Bolor, a partir de 19 de Março de 1870 fica também a acompanhar a paróquia de Farim, já que nessa altura o pároco que aí estava (P. António Henriques Secco) é transferido para Bissau. Este mesmo nos informa, em carta de 8 de Novembro de 1870, que passou a haver apenas dois padres na Guiné, havendo pois que salvaguardar ao menos os dois centros principais de Bissau e Cacheu<sup>68</sup>.

Em 9 de Agosto de 1870 vai a Farim, em visita, o nosso Padre Marcelino, conforme nos descreve na carta escrita de Cacheu a 1 de Outubro desse ano. Descreve com entusiasmo a vegetação imponente das margens do rio de S. Domingos («o agigantado poilão, a alta faia, o eterno sibe, o pau-sangue malhado como mármore, o valente mancone e o macete duro e amarelo como buxo»)! Leva consigo vários discípulos, que em Farim, juntamente com o chefe do presídio, o ajudarão inclusivamente na catequese dos meninos e jovens. Aí aprecia a docilidade do povo de Farim («o mais dócil da Guiné») e constata como os grumetes continuam ainda com os seus «erros gentílicos»; não só ali — diz ele — mas também «em toda a classe grumete desta costa»: derramações debaixo dos poilões sagrados, crenças em certos paus e pedras como protectores do corpo («breves»), cerimónias de fim-de-choro (ao fim de 7 dias),

<sup>65</sup> João Barreto, *História da Guiné*, Lisboa, 1938, p. 245.

<sup>66</sup> René Pelissier, *op. cit.*, vol. I, p. 150, notas 136 e 137.

<sup>67</sup> In *Annaes das Missões Portuguezas Ultramarinas*, Lisboa, 1969, p. 235.

<sup>68</sup> *Ibidem*, 1870, n.º 16, p. 256.



consulta aos «arteiros», etc.<sup>69</sup>. Aí também ele pôs em prática seus dotes artísticos de pintura, restaurando uma imagem de Santa em madeira, que tinha feições lindíssimas, e que no seu entusiasmo artístico ele compara à pintura de Rafael! Apercebe-se igualmente de como o prestígio do antigo comércio de Farim (cera, marfim, ouro, etc.) estava já nessa altura arruinado e desviado para Selho (Sedhiou): «Farim não é mais que um cadáver a descompor-se» — diz ele. Igualmente nos descreve as lutas locais entre fulas e mandingas, às portas do presídio de Farim, «já por si muito abatido, mesmo sem a desgraça desta guerra acesa»<sup>70</sup>.

2.1.5. *Visitador geral das freguesias de Guiné* (Novembro de 1871-Dezembro de 1873). Em 3 de Agosto de 1871 é nomeado membro da Junta consultiva do Governo do Distrito de Guiné, com as obrigações consequentes: fidelidade ao Rei, à Carta Constitucional e às leis vigentes; obrigação de dar seu parecer, em boa e sã consciência, sempre que lhe fosse solicitada<sup>71</sup>.

E, dada a falta absoluta de Missionários, em 15 de Novembro de 1871 é encarregado de visitar todas as freguesias do Vicariato<sup>72</sup>. Seu coração parece, no entanto, continuar bastante preso a Bolor, onde se desloca a 1 de Junho de 1872, conforme sua descrição feita de Cacheu nesse mesmo ano. Optimamente recebido pela população local, ele, para impressionar favoravelmente, veste-se de batina e sobrepeliz para receber o régulo Filipe e principais da terra na sua casa. Deixaram-lhe caminho aberto para a catequização aos jovens e crianças, dizendo-lhes que eles amanhã é que

---

<sup>69</sup> Estes «erros gentílicos» tendiam a penetrar no próprio culto católico, como se entrevê pela carta pastoral do bispo de Cabo Verde que, em 22 de Fevereiro de 1875, dizia aos párocos: «não consintais jamais que se misturem com os actos do culto religioso quaesquer práticas supersticiosas, semi-bárbaras ou gentílicas, que além de oppostas à pureza das verdades cathólicas, e de serem condemnadas pela Igreja, são ainda altamente repugnantes ao bom senso e um verdadeiro insulto às luzes do prezente século» (Arquivo dos Franciscanos Portuguezes em Bissau, *Termos de posse, pastorais*, 1867-1908, fl. 50v).

<sup>70</sup> In *Annaes das Missões Portuguezas Ultramarinas*, Lisboa, 1971, n.º 19 (pp. 303-304) e n.º 20 (pp. 318-320).

<sup>71</sup> A.H.U., *Cabo Verde*, 2.ª Secção, Pasta 58 (1870).

<sup>72</sup> Ofício do Governador da Guiné, n.º 55 (A.H.U., *Cabo Verde*, 2.ª Secção, 1.ª Repart., Pasta 3, «Mappa do Pessoal de que se compõem as differentes freguezias da Guiné Portugueza — Diocese de Cabo Verde»).



iriam mudar os usos e costumes (e não os adultos ou velhos), mas que não se podia acabar rapidamente com as «chinas», porque isso daria complicação social com os não-cristãos. Ficariam satisfeitos se se fizesse aí uma igreja, até era um grande honra para a terra em relação às outras! O régulo sossega-o entretanto, informando-o de que os meninos tinham continuado sempre com as rezas e faziam cantigas adequadas ensinando-as em toda a parte. Mais uma vez o Padre Marcelino entrega presentes (fazendas, tabaco, etc.). Ao quarto dia veio tanta gente, que a reunião teve de se fazer debaixo das árvores, junto à bela praia de Etama. Baptizou aí várias crianças e adultos. Durante os dias de permanência, deu catequese a um grupo de 400 ou 500 pessoa, em círculo, repetindo em alto coro tudo o que se lhes ia dizendo. O régulo e principais nunca faltavam, distribuiu muitas verónicas e rosários, com cujas contas as moças deliravam como enfeite! ... Desta vez esteve em Bolor desde 1 a 5 de Junho. Mas depois — diz ele — «noutras visitas que fiz àquela cristandade nascente, as coisas corriam mais ou menos como nesta descrição»; a gente de Bolor era verdadeiramente «boa gente»<sup>73</sup>.

Destas visitas a Bolor enviou o Padre Marcelino o Relatório respectivo ao bispo de Cabo Verde, o qual lhe respondeu em 1873, elogiando o trabalho feito e apresentando-o como «modelo de párocos»<sup>74</sup>. Do seu trabalho em Bolor é também dado louvor pelo Governador da Guiné, Caetano de Albuquerque, no seu Relatório de 1872-1873, dizendo que ele «ensinava os pequenos felupes e tinha já obtido que muitos soubessem alguma doutrina cristã, e algumas vezes achando-lhes bastante propensão para o estudo»<sup>75</sup>.

Após a determinação da criação das paróquias de Bolama e Rio Grande (16 de Maio de 1871), aí se desloca imediatamente o Padre Marcelino de 27 de Outubro a 25 de Novembro desse ano, realizando nas duas zonas vários baptismos, só voltando a Bissau nos primeiros dias de Dezembro<sup>76</sup>.

---

<sup>73</sup> In *Annaes das Missões Ultramarinas*, Lisboa, 1889, 1.º anno, pp. 36-38. Integralmente transcrito por Henrique Pinto Rema, *História das Missões Católicas da Guiné*, 1982, pp. 274-276.

<sup>74</sup> *Ibidem*, pp. 36-40.

<sup>75</sup> Relatório do Governador Caetano Alexandre de Almeida e Albuquerque referente ao ano de 1872-73, Lisboa, 1875, p. 1182.

<sup>76</sup> Henrique Pinto Rema, *op. cit.*, p. 304.

Temporariamente esteve em Bissau, após a saída do Padre Henriques Secco, que deve ter abandonado Bissau e a Guiné nos primeiros dias de Fevereiro de 1871. A 5 de Março desse ano já o Padre Marcelino está ajudando em Bissau e aí se manteve até 3 de Janeiro de 1872, altura em que dá posse desta freguesia ao Vigário Geral interino, Padre João Rodrigues da Fonseca<sup>77</sup>.

Nesta altura o Padre Marcelino vai de novo para a sua paróquia de Cacheu, onde a 22 de Fevereiro de 1873 será nomeado também juiz forâneo, e onde se manterá até Novembro desse mesmo ano de 1873<sup>78</sup>. No mês seguinte, a 27 de Dezembro, será nomeado Vigário Geral da Guiné.

No ano de 1873, a 20 de Julho, escreveu o Padre Marcelino uma interessantíssima carta a um aluno do Colégio de Sernache, que lhe solicitara esclarecimentos adequados, explicando-lhe aspectos variados do fetichismo na Guiné. Aí se revela seu respeito e prudência pela cultura local, sabendo e sentindo como é muito difícil conhecer e compreender os usos e costumes dos africanos. O informe é de carácter geral, envolvendo usos de diferentes povos. Propõe que se estude e se procure conhecer com caridade «o selvagem», não só no aspecto material mas também no aspecto racional e moral, o que não acontecia no seu tempo<sup>79</sup>.

## 2.2. Como Vigário Geral da Guiné (1873-1885)

Por provisão do bispo de Cabo Verde, de 27 de Dezembro de 1873, o Padre Marcelino é nomeado Vigário Geral da Guiné Portuguesa e, em distinção pelos serviços prestados anteriormente, é-lhe facultado o uso de anel e de cabeça de cor episcopal.

Sua vida vai continuar tão ou mais movimentada que anteriormente. Acompanhem-lo de perto.

2.2.1. *Pároco de Bissau, mas acorrendo aqui e além* (1874-1877). Desde 24 de Novembro de 1873 até 3 de Julho de 1877 ele aparece regularmente como «pároco de Bissau», tomando parte regularmente nas reuniões da respectiva Junta de freguesia. Em 3 de Julho

---

<sup>77</sup> Arquivos dos Franciscanos Portugueses em Bissau, *Termos de posse, pastorais*, 1867-1908, fl. 26v.

<sup>78</sup> Arquivo da Diocese de Bissau, *Provisões e portarias episcopais*, 1873-1908, fl. 31v-32.

<sup>79</sup> In *Annaes das Missões Ultramarinas*, Lisboa, 1889, 1.º anno, pp. 45-47.

de 1877, antes de suas férias em Portugal, entrega a paróquia e o Vicariato geral interino ao Padre António Inocêncio dos Santos<sup>80</sup>.

Em 1875 desloca-se temporariamente a Geba. Deve ter deixado aí óptima impressão, porque desse ano se conhece também uma representação dos povos de Geba, dirigida ao Secretário do Governo da Guiné, informando que ele nas práticas que fazia era escutado até pelos mulçumanos mandingas, e que fez várias conversões e alguns baptismo. Solicitam que, já que não pode ficar lá duradoinamente, que ao menos lá volte regularmente duas vezes ao ano<sup>81</sup>.

Também em Dezembro de 1875 o Padre Marcelino nos aparece, em 15 e 19 de Dezembro, a fazer baptismos em Bolama<sup>82</sup>.

Em Fevereiro de 1877, em companhia do Padre António Inocêncio dos Santos, vai o Padre Marcelino para diferentes «pontas» ao longo do Rio Grande, onde realizam 146 baptismos, cujos assentos se guardaram na Conservatório do Registo Civil de Bissau até aos nossos dias.

2.2.2. *As merecidas férias em Portugal (1877-1878)*. O seu tempo obrigatório de missão na Guiné já expirara há bastante tempo<sup>83</sup> e por isso em 18 de Fevereiro de 1875 o bispo de Cabo Verde declara encerrado o prazo legal e manda contar-lhe o tempo a mais que já fizera, louva-o pelos reais serviços prestados e manifesta a esperança de que ele possa continuar posteriormente<sup>84</sup>. Assim aconteceu, de facto, e ainda por bastantes anos.

De qualquer forma, dois anos mais tarde ele gozará merecidas férias em Portugal, apesar de suas limitadas economias. Uma carta do bispo D. José ao Ministro e Secretário de Estado de Marinha e Ultramar, de 12 de Outubro de 1877, pede para o Padre Marcelino a respectiva licença de férias em Portugal durante 4 meses. Esse pedido é acompanhado pelo pedido formal do próprio Padre Marcelino, escrito de S. Nicolau em 13 de Outubro do mesmo ano e

---

<sup>80</sup> Arquivo dos Franciscanos Portugueses em Bissau, *Actas das reuniões da Junta de freguezia de Bissau*, 1873-1890.

<sup>81</sup> Henrique Pinto Rema, *op. cit.*, p. 305.

<sup>82</sup> Idem, *ibidem*, p. 315.

<sup>83</sup> O tempo obrigatório era 3 anos para os sacerdotes do Seminário-Liceu de Cabo Verde, e 5 anos para os padres vindos de Sernache, aumentando em 1884 para 6 anos (Estatutos do Colégio de Sernache, in *Bol. Of. Guiné Port.*, 1885, 21 de Fevereiro, n.º 8).

<sup>84</sup> Henrique Pinto Rema, *op. cit.*, p. 305.

com a justificação de «tratar de negócios de famílias em Lisboa»<sup>85</sup>. Recebe guia de trânsito para Portugal a 3 de Novembro de 1877<sup>86</sup>.

Levou consigo para Lisboa, além de mapas das terras que percorreu, grande número de documentos que atestam de modo lisonjeiro os importantes serviços prestados naquela província:

- Os serviços prestados ao gentio da Mata de Putama (conversões) enquanto era pároco de Bolor em 1868;
- Os serviços prestados em 1869, na altura da cólera-morbus em Cacheu e Bolor, e o louvor subsequente que lhe foi feito pela Câmara de Cacheu;
- Uma representação do régulo e principais de Bolor, em 1870, procurando que o Padre Marcelino não fosse transferido para Cacheu e pudesse continuar em Bolor;
- Um Ofício do Governador do Bispado, concedendo que o Padre Marcelino fique em Cacheu, mas sem abandonar completamente Bolor, e dando-lhe mais algumas regalias;
- Abonação do Governo para ter à sua disposição, em 1871, os transportes do Estado para fazer as visitas a Bolor;
- Atestado do Governador de Cacheu (João Carlos Cordeiro Lobo d'Almeida Netto Fortes) classificando como «valiosos e relevantíssimos» os trabalhos tidos na conversão dos felupes de Bolor e Mata de Putama; e de «mui altos e meritórios» os serviços prestados durante a cólera-morbus (atestado com a data de 15 de Dezembro de 1869).
- Ofício do Bispo de Cabo Verde, em 1873, expedido em resposta ao Relatório das visitas feitas a Bolor, elogiando o Padre Marcelino e apresentando-o como modelo de párocos;
- Ofício do Secretário do Governo da Guiné, Pedro Augusto Machado de Azevedo, de 24 de Abril de 1871, salientando seu papel na altura da sublevação na praça de Cacheu;
- Provisão do Bispo de Cabo Verde, de 27 de Dezembro de 1873, que o nomeia Vigário Geral da Guiné Portuguesa;

---

<sup>85</sup> A.H.U., *Cabo Verde*, 2.ª Secção, Pasta 66 (1877).

<sup>86</sup> «A missão da Guiné e o Reverendo Missionário Marcellino Marques de Barros», por António José Boavida, in *Annaes das Missões Ultramarinas*, Lisboa, 1889, 2.º anno, pp. 36-40.

- Representação dos povos de Geba, dirigida ao Secretário do Governo da Guiné, louvando o trabalho do Padre Marcelino na visita que aí fez em 1875, e pedindo que aí retornasse ao menos duas vezes ao ano;
- Provisão do Bispo de Cabo Verde, de 18 de Fevereiro de 1875, dando por terminado seu prazo de estadia obrigatória na Guiné, mas esperando que ele renove a estadia;
- Licença do mesmo Bispo para o Padre Marcelino se ausentar da Guiné, para gozo de férias em Portugal;
- Guia de trânsito para Portugal, em 3 de Novembro de 1877.

Trazia ainda algumas vistas de sítios e de edifícios debuxados por si. Em Lisboa, para não estar ocioso, frequentou temporariamente a Academia de Belas-Artes<sup>87</sup>, ao encontro de seus gostos e aptidões pelo desenho de paisagem.

Em Portugal, manifestou o desejo de adquirir mais largas habilitações literárias num Curso Universitário de Ciências Naturais, a fim de empreender de seguida uma exploração regular e sistemática às regiões desconhecidas da Guiné. Não logrou porém ver secundado pelo Estado, com subsídio necessário, esse cometimento científico. Ficaram-se em promessas, dizendo-lhe que antes de dois anos seriam satisfeitas suas aspirações. Afinal... terminaram por nunca chegar a ser satisfeitas!

A instâncias do Bispo D. José Correia Dias (Cabo Verde), do Director Geral do Ultramar (Sr. Costa e Silva), do Ministro da Marinha (Tomás Ribeiro), regressa à sua terra de Guiné apenas com as honras de cônego da Sé de Cabo Verde e Cavaleiro da Ordem de Cristo<sup>88</sup>. Em Julho de 1878 já se encontra na paróquia de Bissau. Nessa altura, em toda a Guiné, havia apenas um único missionário!<sup>89</sup>. No ano seguinte ao seu regresso, a 18 de Março de 1879, seria a já há muito desejada separação política em relação a Cabo Verde: a Guiné se constituirá finalmente em Província autónoma, sendo seu primeiro Governador Geral Agostinho Coelho<sup>90</sup>.

---

<sup>87</sup> *Ibidem.*

<sup>88</sup> *Ibidem.*

<sup>89</sup> Henrique Pinto Rema, *op. cit.*, p. 307.

<sup>90</sup> Já no Relatório referente ao ano de 1871 o Governador Caetano e Albuquerque era de parecer que a Guiné deveria formar um território politicamente autónomo. E em 1875 mais de 70 pessoas, «negociantes e proprie-



2.2.3. *Os últimos 7 anos na sua pátria de origem (1878-1885).* Após o estabelecimento da autonomia política da Guiné (a autonomia religiosa já fora parcialmente conseguida em 1877, com a criação do Vicariato Geral da Guiné), o Bispo de Cabo Verde, por provisão de 8 de Maio de 1879, confirma o cônego Marcelino de Barros no cargo de Vigário Geral, ficando também pároco de S. José de Bolama e de Nossa Senhora da Conceição do Rio Grande, com a cóngrua de 252\$000 réis<sup>91</sup>.

Vai ainda de seguida esforçar-se por dinamizar o mais possível a actividade missionária nessas terras. Como fruto do seu trabalho, são de destacar pelo menos as seguintes iniciativas:

2.2.3.1. *Projecto de nova organização missionária na Guiné (1880).* Em 31 de Dezembro de 1880 o cônego Marcelino dirige ao bispo de Cabo Verde um valioso projecto de organização missionária da Guiné que, se tivesse sido executado, teria seguramente levado mais para diante a obra missionária nessa colónia.

Nesse documento, depois de falar dos diferentes povos «mais ou menos bárbaros que habitam toda esta zona indefinida e que se podem contar às dezenas», salienta 11 desses povos, cada qual com sua língua e costumes diferentes, e apresenta as oito freguesias existentes na Guiné e as várias «pontas» agrícolas espalhadas pelo território. Diz ele a propósito dessas «pontas», que muitas delas em países mais cultos seriam verdadeiras aldeias com uma constituição sociológica que era uma mescla inextricável de diferentes raças onde sempre dominava o elemento gentílico, que mais tarde ou mais cedo abandona a sua religião mas nunca as suas superstições. São um caso semelhante aos grumetes das praças, «que constituem o verdadeiro povo português indígena e o que mais tem concorrido para engrossar os presídios e villas da Guiné, contra as quais se revoltam tantas vezes quantas julgam os seus interesses, cu os interesses dos seus ascendentes, feridos».

Para estes e para os que ainda adoram o fetiche de suas florestas é que julga se devem organizar as Missões Católicas. E, para isso, ele propõe o estabelecimento de três géneros de missionários:

---

tários», fazem um abaixo-assinado a pedir a separação política com Cabo Verde (A.H.U., *Cabo Verde*, 2.ª Secção, Pasta 64 [1875]).

<sup>91</sup> In *Annaes das Missões Ultramarinas*, Lisboa, 1889, 2.º anno, pp. 36-40.



- *Os párocos e vigários forâneos*: seriam providos pelo Seminário diocesano e ficariam em todas as freguesias policiadas de Bolama, Bissau, Cacheu, Farim, Ziguinchor, Rio Grande e Geba. Com côngruas convenientes e comodidades garantidas.
- *Párocos missionários*: seriam formados num pequeno colégio a oeste de Bolama, para onde iriam 2 ou 3 filhos de régulos e principais de cada nação gentílica; aí seriam preparados para os estudos eclesiásticos no Colégio central das Missões em Portugal. Indo a Portugal, não esquecerão a língua do seu país, e aprenderiam medicina e agricultura. Aí aprenderiam também, auxiliados por um coadjutor europeu, arte de carpintaria, pedreiros e ferreiros, bem como tocar algum instrumento musical (harmónio, harpa ou flauta). Ao regressarem à Guiné, o pároco missionário seria solenemente apresentado, «com honras de embaixador», à sua terra natal e transferido, meses depois, para outra zona onde se falasse a língua do seu país, para não perder tempo no tirocínio de línguas para ele desconhecidas. Depois o Governo providenciaria por os colocar à frente de «postos avançados para as missões no interior», onde se construiria o templo, a escola, a oficina e o presbitério. A entrada do missionário indígena nesses centros seria feita em cerimónia espectacular, com civis e militares, quebrando flechas e tirando balas das espingardas lançando-as pacificamente para o ar. E seriam oferecidos presentes aos régulos ou principais da terra, seus parentes.

Também estes párocos missionários teriam um vencimento conveniente.

- *Missionários apostólicos*: seriam para coadjuvar os párocos no ministério da pregação. Poderiam ser escolhidos entre os outros párocos, ou não: de Portugal, de Cabo Verde ou da Índia. Mas teriam de ter costumes ilibados, muita eloquência, suficiente conhecimento do dialecto crioulo ou da língua portuguesa. Não poderiam receber presentes nem emolumentos. Teriam um vencimento igual ao de deputado da nação, e percorreriam as freguesias da Guiné entre os meses de Novembro e Janeiro, os mais favoráveis <sup>92</sup>.

---

<sup>92</sup> Henrique Pinto Rema, *op. cit.*, pp. 311-315.

2.2.3.2. *Dignificação do culto litúrgico.* Em 3 de Março de 1881 o cônego Marcelino envia uma relação dos paramentos e demais objectos litúrgicos necessários para as igrejas de Bolama, Bissau e Buba<sup>93</sup>. E já antes, em Agosto de 1879, instara com o Governador Agostinho Coelho no mesmo sentido. Este enviou na altura, em 6 de Agosto de 1879, uma carta ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios de Marinha e Ultramar, sugerindo que se aproveitassem as alfaías e objectos litúrgicos dos conventos extintos em 1834; mas, pelos vistos, ficou tudo apenas em diligências! ...

Também anteriormente, em 1876, o Padre Marcelino informara o bispo de Cabo Verde sobre o estado deplorável das igrejas da Guiné, das quais só a de Bissau se aproveitava; o resto estava arruinado e não se haviam construído ainda igrejas para as novas paróquias criadas<sup>94</sup>.

Durante a sua estadia de pároco em Bolama, fundou aí também a Irmandade do Santíssimo Sacramento, certamente em moldes semelhantes ao que conhecemos da mesma Irmandade fundada na Ilha do Sal em 1870 e cuja finalidade era: «o esplendor do culto divino e o prática de todos os actos de piedade e caridade que os meios de que possa dispor lhe permittam»<sup>95</sup>.

2.2.3.3. *Proposta de nova paróquia no rio Nalú (1882).* Apesar da exiguidade enorme de missionários, o cônego Marcelino desejava não só manter as 8 paróquias existentes, mas propugnou ainda ingloriamente pela abertura duma nova missão no rio Nalú, «onde vive uma grande população cristã e portuguesa». Porém o Governador Pedro Inácio de Gouveia não foi do mesmo parecer, porque «estava em litígio o nosso direito sobre Nalú e Cassine»<sup>96</sup>.

2.2.3.4. *Nova tabela de direitos paroquiais (1884).* Uma das razões da exiguidade do pessoal missionário na Guiné eram certamente as cóngruas não-compensadoras dos sacrifícios a que localmente eles eram sujeitos. A Junta Consultiva do Governo da Guiné, em reunião de 30 de Agosto de 1884, aceitou a proposta de melhoramento da tabela feita pelo cônego Marcelino, e o Governador Pedro Inácio de Gouveia a aprovou por Ofício de 1 de Outubro

<sup>93</sup> A.H.U., Guiné, 2.ª Secção, 1.ª Repart., Pasta 1 (409).

<sup>94</sup> A.H.U., Cabo Verde, 2.ª Secção, Pasta 66.

<sup>95</sup> Bol. Of. do Governo Geral da Prov. de Cabo Verde, 1871, n.º 20.

<sup>96</sup> Henrique Pinto Rema, *op. cit.*, p. 317.

desse mesmo ano. Ele mesmo diz que os elementos aí apresentados são do Vigário Geral, que o mesmo expusera já anteriormente esta necessidade ao Visitador enviado pelo bispo de Cabo Verde e que este lhe deixara todos os poderes neste sentido. A proposta é apresentada e aprovada «para sustentação e maior brilhantismo do culto, que por estes meios trará mais adeptos entre estes povos»<sup>97</sup>. Desconheço se esta tabela foi ou não aceite pelo Governo de Lisboa.

Este projecto de novas tabelas salariais tinha já uma história longa, que o cônego Marcelino conta detalhadamente no Relatório por si escrito em 5 de Novembro de 1883. Aí se faz referência aos tempos mais fáceis do período do tráfico escravagista e lembra como apareceu e foi mal recebida e mal preparada a tabela da portaria régia de 12 de Julho de 1871, e de como presentemente reinava verdadeira anarquia nas tabelas paroquiais da Guiné. Salientava igualmente que, já após o seu regresso de férias em Portugal, enviara uma nova tabela ao bispo de Cabo Verde, mas sem resultados práticos; agora, após a emancipação política de 1879, não poderia continuar a registar-se anarquia neste campo da administração pública<sup>98</sup>.

2.2.3.5. *Solidariedade cristã com os mais necessitados: fundação do jornal «Fraternidade» para auxílio à fome em Cabo Verde* (1883). Após um ano de particular estiagem, o cônego Marcelino lançou em Bolama esta «folha» de 4 páginas em 10.000 exemplares, embora não tenha tido continuidade. Nela se verificam 41 pequenos artigos de muitas personalidades interessadas neste gesto de solidariedade cristã e humana. Não deixa de ser significativo, feito numa altura em que a separação política já estava consumada<sup>99</sup>.

2.2.3.6. Nos livros de várias paróquias (Bissau, Geba, Cacheu...) pode-se ver ainda hoje sua letra e assinatura de vistoria sobre «cartas pastorais», «actas de reuniões de junta de freguesia», etc. Dá ideia que o cônego Marcelino se interessou realmente por que este trabalho fosse feito, tão importante para a memória histórica do passado da Guiné. Aliás, não será nada de admirar quando, por

<sup>97</sup> A.H.U., Guiné, 2.ª Secção, Pasta 409.

<sup>98</sup> Henrique Pinto Rema, *op. cit.*, pp. 347-351.

<sup>99</sup> Benjamim Pinto Bull, *O crioulo da Guiné-Bissau, filosofia e sabedoria*, Lisboa, 1989, p. 98. Notar entretanto que a cota dada para a «folha» na Biblioteca Nacional não estará correcta.

outras fontes certas, conhecemos sua paixão por tudo o que fosse assunto referente à pátria guineense, e isto até ao fim de sua vida.

### 3. O Etnólogo autodidacta e o escritor fluente

O cônego Marcelino manteve até ao fim de sua vida o gosto pela escrita. E parece-me que o fez com notável fluência literária, embora seja um domínio sobre o qual não poderei pronunciar-me com conhecimentos aprofundados. Nas descrições que nos deixou, ele ora se deixa espraiair em descrições alongadas e românticas sobre a beleza por exemplo da estátua mariana encontrada em Geba, ora se mantém num estilo conciso e castigado, como por exemplo nas belíssimas descrições do régulo Cumeré ou no «deseenho» da figura de Honório Barreto.

Suas capacidades narrativas são postas ao serviço duma observação atenta da terra e das gentes da sua Guiné, ao longo de 19 anos de presença activa e movimentada. Por isso ele nos pôde deixar alguns escritos apreciáveis publicados em revistas portuguesas do tempo, onde sobressai o etnólogo autodidacta que teve de ser, já que o Governo português não lhe deu oportunidade de uma formação universitária especializada.

Suas descrições de carácter etnológico podem ver-se em:

#### 3.1. *As interessantíssimas cartas enviadas para o Colégio de Sernache (desde 1866 a 1873)*

Aí aparece claramente sua curiosidade, modéstia intelectual e simpatia pelas gentes da Guiné, embora com repulsa por alguns aspectos da religião tradicional: os felupes de Bolor, notabilíssimos nas suas danças e demais usos e costumes (carta de 13 de Fevereiro de 1868); a admiração pelos mandingas, «dos povos de toda a África os mais civilizados e espertos» (carta de 23 de Dezembro de 1868); a tentativa de definir e compreender o fetichismo na Guiné (carta de 20 de Junho de 1873); a descrição das crenças das gentes de Farim (carta de 1 de Outubro de 1871), etc.

O presente trabalho procurou aproveitar com cuidado as informações variadas que se podem colher na leitura dessas cartas.

### 3.2. *Os encantadores «flashes literários» que nos deixou*

Pense-se por exemplo na breve descrição da entronização do novo régulo Cumeré, de que foi testemunha ocular; ou então na descrição do rio e presídio do Geba, onde os grumetes remam de manhã cedo ao som do bombolom e as mulheres lavam roupa no rio, enquanto as crianças se distraem nas águas convidativas; ou na «lição de sabedoria» do velho régulo manjaco da Costa de baixo, procurando descobrir quem melhor o poderia render no seu cargo, defendendo a justiça, sem pensar em primeiro lugar nos interesses da sua parentela. Embora escritos para um «Almanaque de lembranças», estes escritos estão muito longe de ser banais para o conhecimento histórico.

### 3.3. *No trabalho de maior fôlego, «Guiné portuguesa, ou breve notícia sobre alguns dos seus usos, costumes, línguas e origem de seus povos» (1883)*

Este trabalho mereceria bem ser publicado, actualizando-o com notas críticas, por alguém para tanto habilitado.

Nele o autor revela uma assinalável humildade científica, que o leva a escrever: «Não vai esta escrita com o fim de ver a luz da publicidade, porque não o merece (...). Apesar da diligência que nisso empreguei, vejo bem que me devem ter escapado muitos desalinhos e incorrecções de frase, e mesmo erros na exposição dos factos, como é de esperar que aconteça sempre a todas as obras desta natureza feitas à pressa na Guiné, sem livros, sem bibliotecas públicas, em que se vê forçado a recorrer quase exclusivamente à memória de seus esclarecidos amigos, à sua e aos seus apontamentos, e nada mais. Porém convém prevenir que em tudo predomina a certeza das minhas investigações (...). Peço a quem ler, que se arme de um bom lápis, para que no percurso de sua leitura possa ir fazendo as precisas emendas. Obras perfeitas e de repente, só Deus as faz!»

No apontar das raças da «Senegâmbia portuguesa», que diz serem seguramente mais de sessenta, aponta apenas aquelas «com quem temos interesses mais ou menos próximos, e que se diferenciam por caracteres físicos mais ou menos próximos e principalmente etnológicos. Adiante as apresentamos em Apêndice documental.



Este trabalho perde, quanto a mim, por não se fixar apenas em 1 ou 2 etnias e as aprofundar nos seus detalhes; ele porém seguiu um critério de generalização, salientando vários aspectos seguramente importantes e interessantes mas que não podem ser muito desenvolvidos, por exemplo: modos de saudação, pactos e juramentos, hospitalidade, tabu («malgossar»), vindictas («atornas»), roubos, correrias («bitrimbit»), raptos, epigamia-poligamia-poliandria, aborto e infanticídio, circuncisão («cuiang-ô», ou «fanado»), costumes agrícolas, costumes guerreiros, antropofagia, morte e sepultura, Deus, alma, espíritos, totemismo, fetichismo, vida doméstica, vida social, vida política, vida intelectual, alimentação, vestuário, etc.

Como se vê, uma quantidade enorme de assuntos, que têm necessariamente de ser tratados sumariamente, porque as etnias são muitas, embora haja constâncias grandes no meio das diversidades.

Na referente à etnogenia (origem de alguns destes povos), a autor baseia-se apenas nos dados da tradição oral directa, mas ele se apercebe claramente de inexatidões e lacunas históricas que ficam no ar. De qualquer forma, resolveu apresentá-las «como resultado despretençioso do grande esforço que me foi preciso empregar para pôr em ordem o caos das narrativas e informações directas».

Em jeito de apêndice traz um quadro sinóptico de 50 palavras em seis línguas diferentes (sinal de que as conhecia), para estudo comparativo de línguas da Guiné Portuguesa: português, mandinga, beafada, fula, balanta, bijagó. Causa-me admiração não figurar aí o crioulo, ele que fará posteriormente o primeiro dicionário do «Guineense», como ele chama ao crioulo da Guiné, dicionário esse com mais de 5.000 palavras! Só é pena que esse dicionário tenha partido do português para o crioulo e não vice-versa. Ele procedeu assim porque desejava provar que não há na língua portuguesa nenhuma expressão que não possa ser traduzida em crioulo.

### 3.4. *Em «A literatura dos Negros» (1900)*

Trata-se duma recolha de contos, cantigas e parábolas. Desde «a noiva da serpente» (conto mandinga) à «história de Sanhá» (idem), à cantiga «Sumá» (canto marítimo), ao «malan» (canto de uma escrava), ao apólogo «o rei djambatuto», etc.

Estas pequenas recolhas literárias são acompanhadas de notas infrapaginais que as valorizam também para a história e etnologia.

#### 4. Marcelino de Barros: patriota guineense e lusófilo

Em Marcelino de Barros se nota um entusiástico espírito de patriota guineense, mas ao mesmo tempo é indesmentível um real apreço também pelo país colonizador onde fez seus estudos de preparação para o sacerdócio. Estas duas notas, que hoje nos aparecem habitualmente como antagónicas, naquele tempo e naquela pessoa não o foram. Vejamos mais em pormenor.

##### 4.1. *O patriota guineense*

É indiscutível que o cónego Marcelino sentia orgulho na sua pátria da Guiné. Logo que chega a Bissau, após os estudos feitos em Sernache do Bonjardim, ele mesmo desabafa na carta de 9 de Janeiro de 1867: «Cheguei ao destino que desejava (...), cheguei finalmente à minha querida pátria!»! A carta pode ser vista adiante em Apêndice documental.

Creio também já ter deixado suficientemente entrevista a sua simpatia (no sentido grego e profundo da palavra) pelas línguas e costumes dos povos da Guiné. Não é em vão que se aprendem tantas línguas locais, como ele o fez; o mesmo se pode dizer de tantas cartas e descrições como as que dele conhecemos. E não tenho também dúvidas em adiantar que a elaboração posterior dum Dicionário de português-crioulo (o «Guineense» — como ele lhe chama) é mais uma manifestação evidente do amor pela sua terra e sua cultura. Recorde-se que esse Dicionário de 5.420 vocábulos tem no fim do 2.º capítulo as seguintes afirmações: «Com estes numerosos temas, deixamos consignado um facto que nós mesmos estávamos muito longe de suspeitar e vem a ser: que não há na língua portuguesa frase, locução ou discurso, por muito simples, arrevezado ou sublime que seja, quer na ideia quer na forma, que não possa ser traduzido no nosso dialecto (...). Tudo se pode traduzir para o nosso dialecto, e às vezes com vantagem para a clareza e eloquência natural»<sup>100</sup>.

<sup>100</sup> «O Guineense», in *Revista Lusitana*, V, VI, VII e X, respectivamente anos de 1897-1899, 1900-1901, 1902 e 1908. O texto acima citado encontra-se no vol. V, p. 316.

Um outro aspecto de sua actividade que sem dificuldade podemos aduzir como prova de amor pela sua terra é o desejo de ver as gentes da Guiné melhorar o seu nível civilizacional. Para ele, tal melhoramento, deveria conseguir-se quase automaticamente com o recurso «à cruz, à escola e ao trabalho», como deixou claramente expresso na carta dirigida ao bispo de Cabo Verde em 31 de Dezembro de 1880<sup>101</sup>. E uma iniciativa específica, dentro desta linha, ele a teve em 21 de Janeiro de 1883, em Bolama, fazendo parte da Comissão criada para instalação duma biblioteca e museu nessa cidade. Foi dele a ideia de tentar criar também ao lado da biblioteca um museu adjacente. Na reunião desse dia 21 afirmou ele: «Superabundando em todas as costas ocidentais de África, e especialmente na Senegâmbia Portuguesa, valiosíssimos produtos de história natural, seria fácil a aquisição deles nesta capital, logo que se envidem todos os esforços; que relativamente à instituição duma biblioteca, fôra da máxima conveniência que se pedisse auxílio à Câmara Municipal deste Concelho e ao Governo da Província, e depois se promovesse uma subscrição pública para a obtenção de livros»<sup>102</sup>. Desconheço, porém, os resultados da iniciativa em causa.

Índices também significativos do amor pela sua terra são o interesse e atenção que dedica à identificação dos rios da Guiné (1883), bem como o estudo sobre a principal riqueza agrícola do tempo (a mancarra), e ainda a descrição da actual cidade-capital («A villa de S. José de Bissau», 1884), ou o «retrato literário» da figura dum dos principais e mais ilustres filhos da «Senegâmbia portuguesa», Honório Pereira Barreto (1887).

Sobre os rios da Guiné, em 1883 ele escreveu o artigo «Guiné Portuguesa, rios de Farim e de S. Domingos, rio Bissau, as portas e as chaves dos rios Boduco e Farato». Escreve sem livros que o possam ajudar, mas apenas baseado naquilo que «tenho visto e estudado de assuntos geográficos na minha longa residência nesta

---

<sup>101</sup> Henrique Pinto Rema, *op. cit.*, p. 313.

<sup>102</sup> A dita Comissão, na reunião do dia 21 de Janeiro, decidiu efectivamente a criação dum museu junto à biblioteca, bem como pedir auxílio de livros, mapas, etc., a entidades particulares e entidades científicas internacionais, além da Sociedade de Geografia de Lisboa; e que se criasse também uma subcomissão em Bissau e Cacheu (*Bol. Of. da Guiné Port.*, ano de 1883).

Província»<sup>103</sup>. Lendo o artigo, torna-se evidente como a «Guiné Portuguesa» dessa altura ainda não era uma realidade geográfica suficientemente clara e delimitada.

Sobre a mancarra, escreve em 8 de Julho de 1898 um artigo com o mesmo título, procurando investigar a origem dos dois géneros de mancarra que conhece na Guiné: a «mancarra de bijagó» (ou o «djaaló» da Índia) e a «mancarra do comércio» (ou «mendobi»), ambas provindo, segundo ele, da Ásia mas por vias diferentes<sup>104</sup>.

Na descrição da «Villa de S. José de Bissau», ele aponta as casas comerciais mais notáveis (vistas do rio), bem como a fortaleza (que considera já não ser nem útil nem necessária), o cemitério onde está o túmulo do guineense que visivelmente admira, Honório Barreto, etc. A descrição é acompanhada dum desenho bem debuxado, que poderá até eventualmente ser do próprio autor, embora sob pseudónimo<sup>105</sup>.

No «retrato» que faz de Honório Barreto, denota forte admiração por ele, e mostra ter recolhido seguramente informes orais, provavelmente dos descendentes da família Barreto em Cacheu<sup>106</sup>.

#### 4.2. O político lusófilo

Não obstante o seu evidente patriotismo, é também claro nele o seu pendor lusófilo em relação aos demais estrangeiros. Nem será de especialmente nos admirarmos deste facto, uma vez que seus estudos foram feitos em Portugal, e também porque era este país que, apesar de tudo, controlava as principais praças da «Guiné Portuguesa».

Sua pouca simpatia por ingleses e particularmente por franceses limítrofes, pode constatar-se num documento eloquente: a carta que em 30 de Novembro de 1880 dirige ao Ministro da Marinha, o Visconde de S. Januário. Nela diz textualmente: «os Portuguezes que por direito de conquista foram ou deviam ser os unicos senhores de todo o imenso território que se estende

<sup>103</sup> In *Annaes das Missões Ultramarinas*, 1889, pp. 33-35. Idem in *Bol. da Soc. de Geografia de Lisboa*, 1884, pp. 117-121.

<sup>104</sup> In *Revista portugueza colonial e maritima*, Lisboa, 1897-1898, vol. 2.º, 1.º anno, 2.º semestre, n.º 12, pp. 797-801.

<sup>105</sup> In *As Colónias Portuguezas*, Lisboa, Dezembro de 1884, 2.º anno, n.º 12, pp. 254-255.

<sup>106</sup> *Ibidem*, números 13-14, pp. 78-79.

desde o Senegal ao Gâmbia (...), infelizmente, por cessões, por troca ou por abandono, os francezes por um lado e os inglezes por outro começaram desde cedo e por tal forma a dividir entre si a Senegâmbia, que foi forçoso trocar-lhe o nome por outro menos pretencioso, o de Guiné Portuguesa. Os dois concorrentes à grande herança que nos legaram os nossos antepassados, não contentes com limitar-nos à 5.<sup>a</sup> parte quasi da antiga Senegâmbia, pretendem ainda concelar-nos os rios de Nuno e de Canhabaque (...). Formalmente os francezes, hoje muito mais que os inglezes, pretendem arrebatarnos a Guiné Portuguesa, e mais tarde ou mais cedo, por força ou por artes, far-se-hão senhores dela (...). Honório Barreto embirrava com os inglezes, eu receio mais as evoluções silenciosas e sublimes da Águia do que o rugir franco e leal do Leopardo (...)! Que diria eu a Vossa Excellencia sobre o modo ilícito e revoltante porque procedes os francezes em suas transacções commerciaes com a colónia portugueza? — Essa quadrilha de ladrões tem por taes artes urdido a vasta, capciosa e inextricável teia de seu commercio, que achando-nos com todos os meios de transacções vantajosas com o gentio por eles cortados, lhes abandonamos em toda a parte as nossas imensas propriedades rústicas e urbanas para a honrosa solução de dívidas injustas e quasi sempre fabulosas. Foi desta arte que se tornaram os maiores proprietários em ambas as margens do Rio Grande (...). Os Missionários (até os Missionários!) também fazem propaganda, esforçando-se por outros caminhos minar aqui o nosso domínio. Os frades de Dakar, estando eu em Lisboa, andaram sem licença em 1878 por Zeguinchor, Cacheu e Bolor, como por uma Diocese sem padroeiro, sem bispo e sem Governador nem Vigário Geral. Consta mesmo que, escorraçados pelo nosso Vigário Geral interino (o português João Crisóstomo dos Santos) solicitaram ultimamente ao sr. Bispo de Cabo Verde a permissão de missionarem em todas as freguezias desta província, como se tivéssemos grande necessidade de suas missões afrancezadas! Muito bem andou o Ex.mo Bispo em não os consentir cá! (...) Os indígenas em geral, apesar do abandono a que têm sido condenados há quatrocentos anos, e não obstante a propaganda franceza, conservam ainda alguma simpatia aos portuguezes, seus primeiros civilizadores e amigos. Agora o que se vai já tornando preciso é estreitar por meio da cruz e da escola esse laço frágil que ainda nos prende ao reconhecimento de um grande benefício. E até mesmo se faz urgente consolidá-lo com uma carinhosa e leal



assistência nas suas aspirações, no seu comércio, na sua história, nas suas pendências com o gentio, que são frequentes, nos seus direitos perturbados, em suma: em todas as manifestações da sua luta pela vida»<sup>107</sup>.

Outro momento em que se vê sua preferência por Portugal é no seu trabalho atrás citado sobre «usos e costumes dos povos da Guiné» (1882). Falando aí no «Dicionário de Geografia» que afirma só parte do arquipélago dos Bijagós pertencer à zona de Portugal, e dizendo igualmente o sr. Medeiros Botelho que essa parte é apenas Bolama, ilha das Galinhas e Orango, diz o cônego Marcelino: «Deus nos livre que os estrangeiros saibam isto!»<sup>108</sup>.

Outros aspectos ainda da sua lusofilia política, podem considerar-se a sua participação na Junta Consultiva do Governo da Guiné, desde 3 de Agosto de 1871<sup>109</sup> e sua presença e assinatura de acordos de pacificação social entre o Governo português e alguns povos da Guiné, nomeadamente: no tratado de cessão do território de Jufunco pelos felupes à nação portuguesa em 3 de Agosto de 1869<sup>110</sup>, e no tratado de paz entre o Governo e os chefes fulas, em Bolama, a 3 de Julho de 1881<sup>111</sup>.

## UMA LONGA E DEFINITIVA ESTADIA EM PORTUGAL (1885-1929)

Cansado de uma vida de 19 anos de labuta apostólica, com uma única interrupção para férias em Portugal, sem os meios de defesa sanitária que hoje possuímos (embora já de posse do quinino antimalárico), talvez ainda na esperança de poder vir a melhorar sua formação universitária em Portugal, o cônego Marcelino passa finalmente a Lisboa em Abril de 1885. Em Portugal irá passar ainda os últimos 44 anos de sua vida, auxiliado por uma pensão do Estado de 350\$000 réis anuais, equivalente à cônica por inteiro<sup>112</sup>.

<sup>107</sup> A.H.U., Guiné, 2.ª Secção, 1.ª Repart., Pasta 409, doc. 442.

<sup>108</sup> In *Bol. Soc. de Geografia de Lisboa*, 3.ª série, n.º 12, Lisboa, 1882, p. 708, nota 3.

<sup>109</sup> A.H.U., Cabo Verde, 2.ª Secção, Pasta 58 (1870).

<sup>110</sup> *Bol. Of. da Guiné Port.*, ano de 1884, p. 84.

<sup>111</sup> Tratado de paz entre Governo português e régulos fulas forros e futa-fulas do Forreá e do Futa-Djalon, com a assinatura também do «Vigário Geral, Marcellino de Barros» (*Ibidem*, ano de 1881, p. 83).

<sup>112</sup> Henrique Pinto Rema, *op. cit.*, p. 307.

Chegado a Lisboa, foi primeiro internado no Hospital de Mari-nha e Ultramar, e depois ficou alojado no Hospício das Missões, na Rua da Mouraria. Aí deve ter estado até Junho desse ano de 1885.

Como bom africano, trazia consigo várias lembranças e algumas publicações suas (de que infelizmente de momento apenas conhecemos o título) para pessoas amigas em Portugal: mais de 200 exemplares de sementes e plantas úteis recolhidas em Bolama e outras ilhas dos Bijagós, devidamente catalogadas e enriquecidas com notas explicativas (para o Conde de Ficalho); notas sobre línguas e dialectos da Guiné (para Carrilho Videira e Dr. Hugo Schuchardt); 30 poesias em crioulo, alguns negativos fotográficos da Guiné, inclusive o palácio do Governador (para a revista «As Colónias Portuguezas»); alguns mapas (para Carlos Bocage); «notas para uma corografia da Guiné», «vocabulário da língua felupe» (para Agostinho Coelho, ex-Governador), «Topografia e Hidrografia da Guiné» (na questão dos limites dos seus concelhos), «mapas das terras dos felupes, arriatas, zegochos e baiotes» (para o Director Geral do Ultramar, Francisco Joaquim da Costa e Silva), «mapa de Bolama» (para o mesmo), «o arquipélago de Bujagó e mais notícias» (para «As Colónias Portuguezas»), «relatório das Missões ad Guiné, em 1885» (enviado ao bispo de Cabo Verde), «Estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento» (por ele fundada em Bolama e aprovados pelo Governo da Província), etc.<sup>113</sup>

Ao Hospício da Mouraria o veio visitar o Dr. António José Boavida, Director do Colégio das Missões de Sernache do Bon-jardim, e o convidou para professor desse Colégio, também para o auxiliar economicamente. O convite foi aceite.

### 1. O professor de estudos preparatórios em Sernache (1885-1893)

Durante 8 anos, ele pôs seus conhecimentos ao serviço da instituição que o formara para o sacerdócio e à qual sempre ficara preso sentimentalmente. Foi nomeado para professor de Prepara-tórios, por Ofício de 27 de Agosto desse ano<sup>114</sup>. Aí ensinou diversas e difíceis disciplinas, tais como: Físico-Química, História Universal,

<sup>113</sup> *Ibidem*, p. 308. Também se pode ver em «A Missão da Guiné e o Reverendo Missionário Marcelino Marques de Barros», por António José Boavida, in *Annaes das Missões Ultramarinas*, Lisboa, 1889, 2.º anno, pp. 36-40.

<sup>114</sup> *Ibidem*, p. 155.

Desenho, Arte fotográfica<sup>115</sup>. Conhece-se a requisição que ele fez de «instrumentos e aparelhos mais simples e indispensáveis para estudos práticos do curso de Físico-Química», em 31 de Janeiro de 1887: tratava-se de instrumentagem variada, como por exemplo barómetros, bússolas, etc. Interessante e sintomática é a Nota com que termina a requisição: «A administração do periódico científico *Science pour tous*, e de que sou assinante, fornece uns 30% de desconto em artigos dos seus depósitos aos seus assinantes»<sup>116</sup>.

Do seu ensino em Sernache, pelo menos nos dois primeiros anos, atesta o próprio Director, Dr. António José Boavida, dizendo que o tem feito «com o mais notável zelo e proficiência», acrescentando logo de seguida: «sorri-lhe ainda o sonho dourado de completar sua educação científica num Instituto de Instrução Superior, para depois ficar completamente habilitado a empreender na sua querida Guiné uma exploração sistemática e conscienciosa»<sup>117</sup>.

Por falta de saúde, embora apenas com 49 anos de idade, abandona o ensino em Sernache e volta para Lisboa, para aí gastar seus últimos 36 anos de vida entregue à sua paixão pelas coisas da Guiné.

## 2. O insatisfeito investigador e publicista (1893-1929)

Até ao fim de sua vida, no modesto gabinete de trabalho que possuía em Lisboa, manteve viva sua curiosidade científica insaciável. Aí o encontrou em 1927 o redactor de «Novidades», já com 83 anos, «de olhos vivos, inteligência clara e memória fiel (...), entre livros e objectos decorativos que são uma recordação do seu apostolado em terras de África»<sup>118</sup>.

Aí gastou seus últimos anos entregue ao estudo pessoal e à colecção de tudo o que se escrevia sobre Missões em geral e muito particularmente a da Guiné, tanto jornais como revistas ou livros. Dessa forma, foi arranjanado uma boa colecção de livros nacionais e estrangeiros, nos quais ia fazendo anotações e apontando as soluções para os problemas que levantavam<sup>119</sup>.

<sup>115</sup> Cândido da Silva Teixeira, *O Collégio das Missões em Sernache do Bonjardim — Traços monographicos*, Lisboa, 1905, pp. 76-79.

<sup>116</sup> In *Annaes das Missões Ultramarinas*, 1889.

<sup>117</sup> *Ibidem*, pp. 36-40.

<sup>118</sup> In *O Missionário Católico*, Setembro de 1927, pp. 29-32.

<sup>119</sup> *Ibidem*, 1929, Abril, pp. 177-182.

E não se ficou pelo simples estudo pessoal, mas manteve o prazer da colaboração em diferentes revistas literárias portuguesas do tempo, nalgumas das quais colaborava a fina flor da intelectualidade portuguesa, tais como: «Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa», «Revista Portuguesa colonial e marítima», «A Tribuna», a «Revista Lusitana», etc. Sem menosprezar qualquer dos outros trabalhos apontados até aqui, destacam-se no entanto, pela sua amplitude, os estudos feitos nesta altura sobre «O Guineense» («Revista Lusitana», entre 1897-1908) e «Literatura dos Negros» (Revista «A Tribuna», 1900).

Aproveitava ainda suas horas de ócio (no sentido grego e positivo da palavra) para se dedicar à fotografia, ao desenho, ao jogo das damas (em Sernache fora já considerado o melhor jogador) e xadrez. Deste último desporto (xadrez) diz o Padre Anastácio Luís Rosa, em 1929, que ele era considerado também um dos melhores jogadores portugueses e que este jogo, pela sua complexidade, atraía o seu espírito duma maneira particular<sup>120</sup>.

Morreu finalmente em Lisboa, em Março de 1929, com 85 anos de idade.

#### A FIGURA MORAL JUSTAMENTE APRECIADA E A NECESSIDADE DE MAIOR VALORIZAÇÃO DE SUA OBRA ESCRITA

Eis aí, pois, a colaboração que me foi possível neste momento para revelar melhor a figura moral deste sacerdote africano, um dos pouquíssimos guineenses que a história regista. Um homem que viveu pobre e serviu dedicadamente as gentes da sua pátria como missionário católico, como professor primário, como pacificador de gentes desavindas, como curioso dos usos e costumes da sua pátria e como escritor fluente que os deu a conhecer ao mundo intelectual da altura e a quantos os queiram ainda conhecer no momento que passa.

---

<sup>120</sup> *Ibidem*, 1929.

## 1. A valorização já feita

Já em vida ele foi justamente apreciado e louvado: em 1877, quando é feito cónego honorário da sé de Cabo Verde e Cavaleiro da Ordem de Cristo (mais tarde também da Ordem Militar da Imaculada Conceição); em 1872-73, no louvor que lhe dá o Governador Caetano de Almeida e Albuquerque no seu Relatório anual, sobretudo pelo seu trabalho em Bolor<sup>121</sup>; em 10 de Outubro de 1882, no Relatório do Governador Pedro Inácio de Gouveia, sobretudo pelo trabalho realizado em Cacheu e por todos apreciado<sup>122</sup>. Durante sua estadia definitiva em Lisboa era sócio da Sociedade de Geografia de Lisboa e publicamente apreciado por homens do valor intelectual dum Adolfo Coelho ou José Leite de Vasconcelos<sup>123</sup>. Já dissemos também atrás como em 1887 ele foi louvado pelo trabalho de professor realizado no Colégio de Sernache do Bonjardim, pelo respectivo Director, Dr. António José Boavida. E no momento de sua morte (1929), sua alta figura moral foi bem destacada pela revista «O Missionário Católico», que a ele se referiu sobretudo através dos trabalhos de António José Boavida e Anastácio Lins Rosa.

Sua figura moral e sua obra escrita foi já em parte valorizada, no aspecto histórico, por Henrique Pinto Rama na sua apreciada «História das Missões Católicas da Guiné» (pp. 301-317, sobretudo). Sua obra literária também recebeu um bom destaque na igualmente apreciada obra de Benjamim Pinto Bul, «O crioulo da Guiné, filosofia e sabedoria» (pp. 95-105).

## 2. O valorização por fazer

Mas falta ainda uma valorização mais completa de toda a sua obra escrita. E o momento parece agora propício para poder ser

---

<sup>121</sup> Relatório referente a 1872-73 (Lisboa, 1875), p. 182.

<sup>122</sup> A.H.U., Guiné, 2.ª Secção, Pasta 1 (409). O mesmo Pedro Inácio de Gouveia disse ainda que o Padre Marcelino «tem estudado a etnologia da Província com muita competência, e possui conhecimentos muito desenvolvidos desta região» (in *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, Abril de 1952, p. 463).

<sup>123</sup> In *O Missionário Católico*, 1929, p. 177.



levada a cabo, num esforço conjunto das entidades civis e religiosas deste país, num trabalho de colaboração que envolva a Diocese de Bissau e o Governo da Guiné-Bissau, porque ambos terão a lucrar com ele.

Para isso, parece-me necessário realizar pelo menos o seguinte:

- Fazer a inventariação o mais completa possível de todos os trabalhos escritos pelo Padre Marcelino, e publicá-los integralmente, acompanhados de anotações críticas que os aclarem e completem. Em Lisboa e Cabo Verde dormem ainda muito provavelmente vários escritos seus que aguardam a luz da publicação e dos quais alguns já conhecemos os títulos, embora desconhecendo o paradeiro.
- Fazer investigações suplementares na Guiné-Bissau (arquivo histórico da Conservatória do Registo Civil, algumas pessoas antigas, ainda vivas, da família Marques de Barros, para informes complementares por via oral, etc.).

Os anos vindouros dirão se o Governo e a Diocese estiveram, ou não, à altura do desafio que o tempo lhes lançou.

## APÊNDICE DOCUMENTAL

### I—9 DE JANEIRO DE 1867

*Carta do P. Marcelino Marques de Barros a um dos padres do Colégio de Sernache do Bonjardim, manifestando seu contentamento pelo regresso à pátria de origem e dando os primeiros informes sobre a cristandade de Bissau.*

*In Annaes das Missões Portuguezas Ultramarinas, Lisboa, 1867, n.º 3, p. 46.*

Ill.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> Sr.

Muito ingrato seria eu se offerecendo-se-me esta ocasião de mostrar o meu reconhecimento às instrucções e obséquios que de V.Rv.<sup>ma</sup> tenho recebido, a não aproveitasse, participando-lhe ao mesmo tempo que felizmente cheguei ao destino que desejava.

No dia 3 do corrente, livre por Deus Nosso Senhor de dois perigos, qualquer d'elles maior, cheguei finalmente a minha querida pátria e tomei

posse da igreja no dia dos Santos Reis. O povo é numeroso e ávido de possuir um párocho exemplar; é naturalmente religioso, mas muito supersticioso, e tem-se introduzido n'elle muitos abusos, principalmente sobre os Sacramentos e Mandamentos da Lei de Deus.

Por em quanto apenas posso dizer a V. Rv.<sup>ma</sup> que tenho as peças dispostas para me defender e dar batalha aos nossos grumetes.

Acho-me com tanta falta de livros, que me vejo obrigado a pedir-lhe queira remeter-me os seguintes (...) (*Seguem-se cumprimentos*).

Bissáo, 9 de Janeiro de 1867

*Marcellino Marques de Barros.*

## II — 5 DE JUNHO DE 1867

*Carta do P. Marcelino Marques de Barros a um padre do Colégio de Sernache do Bonjardim, dando notícias sobre sua saúde algo abalada, sobre livros recebidos sem furto, sobre seus trabalhos na escola primária de Bissau e sobre os inícios da sua actividade apostólica.*

*In Annaes das Missões Portuguezas Ultramarinas, Lisboa, 1868, n.º 5, p. 76.*

Meu querido e R.<sup>mo</sup> Sr.

A saúde e conservação de V. R.<sup>ma</sup> é o meu maior desejo. Eu tenho passado incomodado de saúde, com continuadas febres e com o meu mal de fígado. Estes incómodos e minhas occupações têm-me impedido d'escrever a V. Rv.<sup>ma</sup>. Recebi os preciosos livros e cartilhas, que chegaram intactos, o que me parece couza extraordinária, pois que nunca aqui chegam as couzas como são remmetidas do Reino, e muitas vezes nem as cartas.

Como nunca saberei agradecer a S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Bispo eleito de Macao o incalculável benefício que me fez, attendendo tão prompta e caridosamente à voz da necessidade, deixo nas mãos de V. Rv.<sup>ma</sup> o cuidado de dar-lhe mil agradecimentos da minha parte.

A arithmética é aqui indispensável, principalmente a parte commercial; é também estimado o conhecimento da História, Medicina e Leis, das questões do dia. Os meninos que ensino têm muitos d'elles boa memória e intelligência. Chegaram já ao fim da Cartilha, e estudam Gramática Portuguesa, leitura e escripta, cantochão e música. Cantamos todos os sábados a Ladainha a Nossa Senhora acompanhada a piano.

Muita gente concorreu este anno à desobriga da Quaresma, e fizemos uma soffrível Semana Santa, com muita decência e concorrência de povo. Recommendo-me às orações de V. Rv.<sup>ma</sup>, de quem sou, etc.

Bissáo, 5 — Junho de 1867

*Marcellino Marques de Barros.*

## III — 13 DE FEVEREIRO DE 1868

*Carta do P. Marcelino Marques de Barros a um dos padres do Colégio de Sernache do Bonjardim, com interessantes informes sobre usos e costumes dos Felupes do Bolor, bem como da estratégia que usa para os catequizar.*

*In Annaes das Missões Portuguezas Ultramarinas, Lisboa, 1868, n.º 7, pp. 108-112.*

Ill.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> Sr.

É inexplicável o contentamento que me veio causar a sua desejadíssima carta de 29 de Novembro último, que antehontem recebi e cuja demora começava já a me entristecer.

Quanto à minha transferencia para Geba, sou a dizer-lhe que só teria logar no caso em que as informações sobre o R.<sup>mo</sup> Párocho da dita freguesia não fossem melhores. Porém semelhante transferencia nunca tive para mim que viesse a realizar-se, por quanto o R.<sup>mo</sup> Philippe está cada vez mais em grande conta e estimação entre os seus, pelo seu espírito verdadeiramente apostólico e pelos relevantes serviços que prestou sempre àquelle povo. Espero que as últimas notícias sobre este digno ministro do Senhor chegarão mais satisfatórias às mãos de V.R.<sup>ma</sup>.

Por uma carta d'encomendação da freguezia de Nossa Senhora da Graça de Farim, com ordem de servir a de S. Francisco Xavier de Bolor, estou hoje como há muito houvera de estar, longe da Pátria, parentes e patrícios, e desembaraçado a todos os respeitos no cumprimento dos meus deveres. Hoje os meus freguezes são felupos, recentemente baptizados, muito notáveis em seus uzos e costumes: falam uma língua singular e difficil, e alguns poucos entendem o creoulo. Confessam um só Deus creador de tudo, de quem renegam, pelo mísero e vil estado em que se consideram creados (comparando-se com os europeós) e depois abandonados da Divina Providência n'este mundo; e por isso rendem culto ao demónio, que consideram ministro do mesmo Deus, ou antes seu embaixador e superintendente de tudo. Acreditam na existência de duas almas e suas emigrações, e em fim no castigo e prémio que a divina justiça reparte no Céu aos feiticeiros e aos não-feiticeiros. Esta é a fé dos habitantes em geral d'esta costa.

Foi christão em tempos immemoriaes (segundo elles) este povo de Deus escolhido e baptizado pelos frades que viviam em um convento, como consta pelo testemunho dos «seniores populi». E dos mesmos consta ainda que os soldados que guardavam esta antiga christandade, talvez constituida em praça, tanto enfado causaram aos gentios que frequentavam o mercado de Bolor, com seus saques, que tanto elles como todos os brancos iam sendo assassinados em uma só noute, a não serem avisados pelos habitantes de Bolor a retirarem-se em suas mesmas pirogas, e assim salvaram as vidas.

De mais, que J. J. Lopes de Lima vindo ultimamente ressuscitar-lhes novas e maiores esperanças com a construção d'um baluarte, sobrados e casas, pareceu ter outros fins.

A vista d'estas breves e para elles mui sentidas memórias, é fácil conhecer as cauzas porque uma parte considerável d'este povo recusou baptizar-se, pois constando a tribo de Bolor de mil e cem almas, só se contam sete centas regeneradas pelo santo Baptismo. E na verdade, não é raro ouvi-los n'estes arrasoados: — Será real que o Governo de Lisboa (em quem mais se fiam) se tenha lembrado de nós e nos tenha em alguma consideração? Trar-nos-há esta mudança alguma desgraça, a destruição e a morte? Como? Há que tempos fomos baptizados, e que melhorias temos nós? Quando possuiremos um médico para curar as nossas doenças? Quando se fabricará a casa do Padre, o quartel e a escola? etc.

Fundados n'estas conjecturas, ver-se-há que suas esperanças no futuro christão se acham desfalecidas; por isso dormem quando se lhes prega e os reprehendem, ou por muito favor respondem: «molle, molle». Não há muitos dias que um dos seus doutores (pois que também os têm e não poucos) deixou-me penetrar por acaso n'esta linguagem de «homo piger», dizendo admiravelmente: — «Nho pagere nho descança, força di governo ta podéno amim qué coutabo, cima bento póde co nube», isto é: as vistas do Governo portuguez sobre os nossos interesses podem influir em nós como influe o vento nas nuvens. Ao que lhe respondi com todo o gosto: — Amen!

E na verdade, afianço a V.R.<sup>ma</sup> que se este povo tivesse uma prova de que se tratava da prosperidade material da sua terra, promptos se entregariam depois à cultura religiosa e civilizadora. Presentemente continuam como d'antes a ostentar toda a observância das suas leis e preceitos da sua religião. Não há dia que não lamento o horroroso número de jambacozes e jambacozas (sacerdotes e sacerdotizas) que se aglomeram em pequenas sinagogas a que chamam chinas, banquetando carnes e fazendo libações de vinho ao demónio! Nem é couza rara ver outros muitos em práticas familiares commigo recolherem todas as potências de sua alma e tornarem-se no exterior uns verdadeiros surdos-mudos, umas torres inconquistáveis, insensíveis às verdades e belezas da Religião. Porém faz pasmar a facilidade com que se rendem aos benefícios! D'onde resultam camaradagens muito úteis à missão. Os camaradas tornam-se uns prosélitos do missionário, e é importante que sejam muitos e os mais autorizados, a fim de que possam ter cabimento em todas as sociedades secretas d'esta república, onde o espírito do gentilismo e barbarismo tem toda a sua séde. É forçoso pois que o missionário se veja sempre munido de bons provimentos d'aguardente, tabaco, barretes vermelhos, cascavéis, etc., para debellar esta nova casta d'espíritos fortes!

Em quanto estudamos a língua felupa, para os sermões e práticas de maior efficácia e proveito, vamos-lhes introduzindo pouco e pouco e com todo o jeito os preceitos da nossa fé, por meio d'ordens, sendo sempre forçoso que se pense quaes, como e em que circunstâncias lhes devam ser dadas, sob pena d'uma affrontosa pateada. Tenho tirado já algum partido com este modo, que remedeia soffrivelmente a falta dos sermões, conseguindo que todos os meninos e muitos homens concorressem às quotidianas catecheses, que todos os recém-nascidos recebessem a águas do baptismo, e que finalmente o padre encommendasse as almas dos defuntos e os corpos fossem em sagrado fora do povoado.

Não pareça a V.R.<sup>ma</sup> couza estranha que tenha eu falado d'ordens, pois que por em quanto só por meio d'ellas os requerimentos aqui se despacham, pois não há dúvida que querem, mas querem «molle molle», como dizem.

Com permissão de V.R.<sup>ma</sup> farei aqui uma transição por amor da brevidade. O menino felupo é dotado em regra d'uma memória e intelligência extraordinária, e d'uma lógica natural incrível. Aprende a carreira do A, B, C em dois dias, e se lhe forem ensinadas quatro ou cinco linhas do BA, é quanto basta para elle deduzir de per si a soleturação do resto! A criação d'uma escola n'esta povoação constituída em forma de Collegio, faria maravilhas de grande glória para a Nação Portuguesa e para a Religião, e seria o meio mais importante, real, abreviado e efficaç de converter e civilisar estes povos.

O actual templo de Bolor é simplesmente uma baixa tapada de páos juncados em forma d'Egreja, mas sem cobertura. Vivo também da mesma sorte que os meus felupos, de esperança d'uma cousa melhor. Deram-se já as necessárias providências para se construir uma Egreja, a qual se diz provisória, e que será de taipa e colmo até quando Deus Nosso Senhor for servido. E pode ficar seguro V.R.<sup>ma</sup> do que digo, pois que as alfândegas das praças da nossa Guiné rendem muito pouco, e cada vez menos, de sorte que mal satisfazem o salário dos poucos empregados d'esta colónia. E eis a verdadeira razão porque as Egrejas da Guiné umas ameaçam e outras se acham há muito n'uma completa ruína e em pobreza extrema! ...

Na minha supposta Egreja se ajuntam regularmente todas as tardes, ao som d'uma campainha que faço tocar por todas as ruas, sessenta e oitenta meninos, e lhes ensino junto em alta vós as primeiras orações, as quaes têm sempre o cuidado de repetir em altos gritos, para que seus companheiros ausentes ouçam e acudam. Nos domingos, em que quasi sempre faço distribuição de verónicas e cruces, ajunta-se muito maior número, incluindo criancinhas de cinco e sete annos, e os vergonhosos mancebos de vinte a vinte cinco, os quaes todos concorrem n'esse dia para virem mostrar o quanto aproveitam em suas lições privadas com seus irmãos e amigos, e todos com o fim de ganharem alguma d'aquellas prendas para trazerem ao pescoço para guarda de seus corpos, ou como sinal de distinção nas terras gentias suas visinhas.

Foi assim que no fim das duas primeiras semanas em que dei começo aos meus trabalhos (15 de Novembro último) dei em prémio cento e trinta verónicas e cruces aos que mais se distinguiram! E hoje estou já bem seguro de que este meio é a melhor campainha para as catecheses, pois que se não remetto verónicas não se reúnem. E como dentro de tão pouco tempo aquelles sagrados objectos se me acabassem, e sendo certo que n'estas terras se ganha em qualquer bagatella cem e até duzentos por cento, tratei logo de requerer à Fiscalização da praça de Cacheo me alliviasse em taes despesas, que a minha cóngrua sem emolumentos nem gratificação não comporta, não remediando até a pobreza em que vivo.

Tenho presentemente entretido os meus neóphitos com algumas poucas estampas d'imagens coloridas que trouxera de Lisboa, à vista das quaes dão vivas, batem palmas, saltam e fazem mil esgares de contentamento. Não sei como explicar a V.R.<sup>ma</sup> o prazer que me cauza ver estes felupos hontem gentios, hoje formarem sobre suas frentes mui repetidas vezes o sagrado



signal de nossa Redempção, e ouvi-los recitar a oração dominical, a saudação angélica e a Salvé-Rainha, por toda a parte em vóz alta, tanto dentro de seus cazebres como fora d'elles, nas ruas, nos campos, nos rios e até nas povoações circumvisinhas, com muita ufanía, ostentando grandeza e superioridade entre os seus patricios gentios. As vezes nem posso conter as lágrimas d'alegria que me deslizam pellas faces, quando por acaso toppo com um ranchinho d'infantes que impossibilitados por sua pouca idade de comparecerem com seus irmãos na Igreja, se assentam no meio de seus brinquedos a aprenderem do mais habillitado a benzer-se, a rezar o Padre-Nosso ou a Avé-Maria!

E, pelo contrário, grande mortificação me cauzam os homens quando os reprehendem. Os meus freguezes já vão cantando soffrivelmente o Padre-Nosso, a Avé-Maria e a jaculatória «Meu doce Jesus», etc. Os felupos gostam muito de cantar, pois que de tudo fazem cantigas: ainda quando choram, cantam, cantam quando os touros se debatem, cantam à queda d'uma árvore, e até se as mulheres guerreiam, cantam!

Os livros que Sua Ex.<sup>a</sup> R.<sup>ma</sup> O Sr. Bispo Eleito de Macau, digníssimo Superior d'esse Seminário e nosso sempre lembrado Pai, me fez obséquio de remetter, aproveitaram-nos muito, pelo que lhe agradecerei cheio de profundo reconhecimento.

Cabe aqui mostrar a V.R.<sup>ma</sup> o adiantamento do meu discípulo e fiel companheiro Manuel Alves da Silva, jovem de deseseis annos, natural de Marruas, concelho de Torres Novas em Portugal, o qual jovem sabendo apenas assignar o seu nome e ler pessimamente quando (com licença do R.<sup>mo</sup> Philippe que o trouxera de Lisboa) entrou em minha casa, e não havendo um anno bem completo (incluindo os mezes que elle e eu temos perdido com as febres e affazeres) tem hoje boa letra, escreve com muito gosto e sufficiente correcção, lê com desembaraço qualquer livro avulso, sabe toda inteira e perfeitamente a Gramática Nacional Portuguesa, a Cartilha de Doutrina Christã, as quatro operações d'aritmética, e com tanto fundamento que por ellas resolve problemas de quebrados e regra de três; sabe decimaes, quebrados e complexos; tem estudado também Elementos de Phisica, systema métrico legal, civilidade e princípios de música; o que tudo estudou com muito empenho e louvável comportamento. Fez exame no mez passado e o approvei plenamente. Presentemente estuda regras de juro e companhia, o Catecismo do Patriarchado, Resumo de História Universal e Música; e aqui fará ponto por falta de livros.

Em quanto à minha humilde pessoa, sou obrigado a dizer que, estando aqui há tres mezes, tenho passado tão bem quanto o homem pode desejar n'este mundo. E ainda que o meu celleiro e cofre se acham ordinariamente exgotados, jamais senti murmurar o meu coração: «onde acharemos pão para amanhã?» Se bem que não tenho podido deixar de chorar a falta de meios, que immensamente me podiam facillitar e abreviar os meus trabalhos; com tudo para mim quanto menos tenho, tanto mais rico me considero, porque Aquele que veste o lírio dos campos com tanta louçania e primor, e sustenta liberalmente as avezinhas do Céu que não semeão nem fião, jamais se esqueceu nem esquecerá do pobre missionário que por honra e glória do mesmo Senhor e salvação de seus irmãos se há embrenhado n'este

inulto ermo. «Benedictus ... qui consolatur nos in omni tribulatione nostra»!

Espero finalmente da conhecida bondade de V.R.<sup>ma</sup> me desculpará este incorrecto e molesto testamento, o qual escrevi aproveitando-me das férias que meus bons freguezes me concederam esta semana, em que teve para elles começo a maior de suas festividades: é a festa de mato da elevação d'um novo e segundo rei ao throno, e da criação de novos fidalgos, cujo número chega a duzentos!

Tenho summo prazer de repetir mais esta vez mil protestos de gratidão e respeito com que me preso e honro de assignar-me. De V.R.<sup>ma</sup> mínimo e fiel creado, attento, venerador e obrigadíssimo. *Marcellino Marques de Barros*. Bolor, 13 de Fevereiro de 1868.

#### IV — 23 DE DEZEMBRO DE 1868

*Carta do P. Marcelino Marques de Barros ao Superior do Colégio de Sernache do Bonjardim, descrevendo sua ida até aos felupes da Mata de Ucó ou Putama, da maneira excelente como aí foi recebido, e do trabalho apostólico aí realizado.*

*In Annaes das Missões Portuguezas Ultramarinas, Lisboa, 1869, n.º 10, pp. 156-158.*

Ex.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Snr.

Desta vez tenho a honra de vir descrever as terras que com propriedade são chamadas Matta de Ucó, ou de Putama, e contar a V. Exc.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> o como receberam em seu seio a semente do evangelho que a Providência me levou a vir lançar-lhe.

Acha-se este local a 12º e 10º de latitude Norte à margem esquerda do rio S. Domingos, em território Papel. Apellida-se Matta pelo espesso arvoredo que o cobre, e embrenha uma pequena aldeia fulupa de sete casaes mui distantes entre si.

Tendo passado alguns meses depois da minha primeira visita que havia feito a essa gentildade, veio um José Roballo Semedo de ordem d'ella com recado para que eu tornasse a voltar. E para não perder tempo nem occasião, fui com uma grande febre que me havia assaltado n'aquelle dia, levado quasi a braços por aquelle bom homem a embarcar em sua ligeira canoa de poilão («remo de mão» chamamos nós para cá a esta espécie de embarcações, por serem muito pequenas) e no meio d'um temporal desfeito atravessámos com perigo o grande S. Domingos pelas suas coroas e restingas, e arribámos com salvamento àquella paragem quasi à bocca da noite. No dia seguinte visitei o régulo e tive occasião de lhe fazer, aos grandes d'aquella tribu e ao povo, uma longa prática sobre o Único Ente, a Quem só se deve culto e adoração ;sobre a suavíssima Religião de Nosso Senhor Jesus Christo Crucificado, necessidade da salvação e mais pontos principaes da nossa santa crença. E dignou-se Deus Nosso Senhor abençoar as minhas palavras com tal proveito, que toda esta boa gente, levantando-se espontaneamente com grande alvoroço, começou por preparar-se amarrando seus pannos na cintura,

e suplicou com muito encarecimento que lhe «lavasse a cabeça», teimando n'isto tanto e com edificante humildade, que tive escrúpulo de me retirar sem que primeiro a contentasse, pelo que baptizei imediatamente quatro crianças que se supunha não passassem de sete annos de idade. E pareceram-me resignados com isto, pois comprehenderam nesta acção ser prova evidente de que mais tarde ou cedo também serão lavados da antiga culpa. Não baptizei mais crianças por não se acharem presentes então os paes de muitas que se tinham alli reunido.

Dei fim a este acto passando ao collo do régulo uma imagem de Christo Crucificado, e me despedi de todos, prometendo-lhes voltar afim de competentemente os catequizar e preparar mais à graça desejada. Não obstante esta promessa, rogaram-me que não tardasse, e dizendo que se eu tardasse, elles mesmos me mandariam buscar!

Passámos depois algum tempo deste dia na horta do dito Roballo, assando n'um borralho espigas de milho verde, que foi o melhor pão que Deus nos deu, como que nos mandasse acompanhar a conversão das almas com o jejum e a penitência! Muito depois do sol-posto, reuniram-se os convertidos no meu albergue, sem os ter chamado, e para ganhar o ensejo, louvei-os muito na sua resolução e exortei-os a perseverarem n'ella, dizendo-lhes também que o rei grande de Cabo Verde, irmão de Xexe Crato (\*) «daria por bem a sua conversão» quando lhe chegasse esta nova e mandaria dentro em pouco tempo edificar-lhes uma igreja; o que tudo os tocou. Sairam contentes, elogiando-me assim: — «élob Emannigai» («eloquência de mandinga», ad litteram (b)).

Na minha retirada, cada qual conforme suas posses, trouxe-me do que havia n'aquella estação, em que os frutos medravam apenas; alguns vieram descer junto a meus pés pesados cachos de banana, e outros de chabén; aquelles arremecaram-me galinhas ao uso da terra, estes trouxeram-me o saboroso vinho da costa em «porungs» dependurados n'aquella hora da palmeira (c); e não houve remédio senão aceitar tudo, por quanto é entre elles grande injúria o não receber taes offertas.

O bom régulo, que não era lá dos mais ricos, como não achasse nada que dar, ofereceu-me um cachorro de «mangue», que lhe agradeci, e não tomei, por ver a complacência com que afagava aquelle animalsinho, que era no lar o seu mais doce companheiro.

---

(\*) Rei grande de Cabo Verde é o snr. Governador desta Província. Irmão é synónimo de amigo. Xexe Crato é o actual major d'artilheria da dita Província, o snr. José Xaveir Crato, que foi não há muitos annos Governador de praça de Cacheu, e por este tempo conviveu muito com esta gentildade e os civilisou consideravelmente.

(b) Mandingas: são dos povos de toda a África os mais civilizados e esportos.

(c) A bondade do vinho de palma —que se assemelha muito à limonada gazosa— consiste em ser tanto melhor quanto é mais novo! «Porungs» são bilhasinhas.

Todas estas cousas tiveram lugar desde o penúltimo dia de setembro até ao primeiro d'outubro. Não muitos dias depois, ouviu-se cá em Bolor muitos tiros de espingardaria por vários funeraes que houveram alli n'aquella paragem, uma légua à outra banda. E perguntando eu pelos que não existiam, soube com profunda mágoa de minha alma que foram cinco, e, entre estes, dois indivíduos que com mais perseverança haviam pedido e pulsado portas do céu.

Não me apressei a baptizar este povo, não só porque não me pareceram suficientes os cinco dias que lá estive d'esta e d'outra vez a instrui-los e a catequisá-los, mas também porque julguei de prudência dar primeiro parte, como fiz, às auctoridades superiores, e aguardar suas determinações.

Pede a justiça que a este respeito faça menção d'um cavalheiro cujo nome vou apresentar a V. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> como digno dos maiores elogios. É o Ill.<sup>mo</sup> snr. Carlos Cordeiro, actual e meritíssimo Governador da praça de Cacheu, notável pela sua illustração, intelligência, e pelos seus nobres sentimentos. Foi elle quem na presença do Senhor mereceu entre os homens abrir a entrada a esta gloriosa missão. Foi em tempo o primeiro e digno catechista em Cacheu, quando muitos grandes d'aquella tribu vieram pedir lhes fizesse justiça n'uma pendência, em que se houve com rectidão e imparcialidade, como era de esperar da sua sabedoria e bondade. Viu-se então aquelle varão militar empregar os muitos meios que lhe dictava a suavidade do seu génio e a grandeza da sua fé a persuadir aquelles a quem chamava seus irmãos, à sublimidade da religião de Nosso Senhor Jesus Christo e procurar convertê-los à mesma santa religião, com tanto interesse e esforço que, sem hypérbole, representava um heroe dos tempos das glórias lusitanas, em que um soldado com as armas conquistava as terras para o seu rei, e com as suas palavras conquistava para Deus as almas e os corações.

É justo que me lembre mais uma vez, e por última, da barca do Apostolado, do seu dono e dos filhos d'este, que a tripularam (Eduardo e Absalão, ambos Roballos Semedos, naturaes de Sant'Iago de Cabo Verde e moradores da Matta), os quaes todos nas minhas ausências se fizeram voluntariamente catechistas, ensinando e instruindo incessantemente aquelles catechúmenos.

Incluzas remetto a V. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> as cópias dos offícios do Reverendo juiz foraneo de Cacheu e dependências, e do snr. Governador Geral da Guiné, os quaes todos responderam-me mui favoravelmente aos meus relatórios, que lhes havia feito sobre o assumpto que deixo exposto. Sou, etc.

*Marcellino Marques de Barros.* Bolor, 23 de Dezembro de 1868.

## V — 10 DE JANEIRO DE 1870

*Carta do P. Marcelino Marques de Barros ao Superior do Colégio de Sernache do Bonjardim, com informes sobre a epidemia de cólera que atingiu Bolor e Cacheu, sobre o estado da igreja paroquial de Cacheu, e sobre o estado de insegurança dessa praça em relação aos Pepéis limítrofes.*

*In Annaes das Missões Portuguezas Ultramarinas, Lisboa, 1870, n.º 15, pp. 236-238.*

Exc.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>mo</sup> Snr.

Nenhum tempo tenho tido para cumprir com os grandes deveres que me ligam a essa Casa-Mãe e particularmente a V. Exc.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> que tão dignamente a preside, desde que entrou a epidemia cholera-morbus na minha freguezia de Bolor, até que de lá me retirei por ordens superiores e urgentes, a fim de vir a esta praça prestar também os últimos e salutareos socorros da religião ao choléricos, e especialmente ao ilustrado, exemplar e melhor pastor que este povo há possuído: Manuel Nicolau de Pina e Araújo.

Tendo eu pois presenciado durante vinte oito dias a tristíssima scena dos estragos feitos pela epidemia, e d'ella livre pela intercessão da Santíssima Virgem a Senhora da Conceição, vim a Cacheu a 12 de Setembro, e a 17 o Padre Manoel Nicolau de Pina e Araújo, salvo da chólера, subrevindo-lhe o typho, deu sua alma ao Creador. O povo, que muito o amava, derramou sentidíssimas lágrimas, e nós piamente cremos que foram por Deus coroadas suas muitas virtudes e vida laboriosa que passou na vinha do mesmo Senhor. No dia 11 de Novembro observou-se o último caso de chólера nesta praça.

A egreja d'esta freguezia (capella de Santo António) é pobríssima e não decente: o seu tecto é forrado de um tecido grutesco de madeira, entre a qual se avista o colmo de que é coberta, donde muitas vezes chove, augmentando assim a humidade ao pavimento, que é térreo, desigual e perforado de bichos damnhinhos. A imagem do Orago, que é uma rica e alta Senhora da Natividade, é desconjuntada e toda leada de fitas, consequências de vários fogos, que de tempos a tempos pegam no colmo, ennegrecem, estragam, devoram e dizimam o pouco do melhor que esta egreja possui.

De tudo isto e do mais, já fiz uma pintura ao senhor Bispo desta Diocese, pedindo-lhe ao mesmo tempo providências sobre as couzas de que esta egreja tem falta, taes são: uma cruz processional (tem uma de prata em muito mau estado), castiças (tem apenas três), sacras, casula, frontal e capa, tudo roxo, etc.

Tem, não obstante, algumas cousas dignas de menção, que vem a ser: uma pia baptismal de cantaria, vasta e desproporcionada para esta capella; uma bem acabada imagem de Santo António, de jaspe; uma outra antiga da Senhora da Conceição, de pedro; um antigo sacrário de mármore e jaspe, cousa rica porém todo estalado e com algumas peças perdidas; uma custódia; várias capas de Nossa Senhora, todas offerecidas pela família do senhor Cunha; e oito lindos vasos para flores.

Para apear de alguma maneira esta capella (pois os fundos da fábrica a nada chegam!) e torná-la quanto ser possa mais frequentada pelo decoro e



atractivo de armações e brilhantíssimo de festividades, convidei os fiéis a concorrerem com suas esmolas ao «lavabo» na missa dos dias mais sollemnes do anno, no que tão prompta e generosamente concordaram, pelo que logo na primeira festividade, que teve lugar em menos de cem indivíduos, se tirou a esmola de trinta e tantos mil réis! Como a maioria d'esta congregação era pobre, conheci n'isto ser maior a sua religião que suas posses!

Nas missas conventuaes tenho feito homilias ao povo, no que sinto tal facilidade que não posso deixar d'atribuí-la à promessa do Salvador: «dabitur enim vobis in illa hora quid loquamini». Há catechese de tarde em todos os domingos, sendo forçoso seguir sempre a regra de S. Agostinho: «breviter, aperte, verisimiliter».

Com ajuda de Deus Nosso Senhor, pude tirar uma subscrição entre cincoenta e sete indivíduos, que assignaram com 253\$620 réis para levantar uma igreja na minha freguezia de Bolor; pelo que já tenho táboas, portas, portaes, madeira boa, aguardente, etc. com a quantia de vinte e tantos mil réis, que pude recolher. Pareceu-me ser necessário emprender isto afim de que o Governo depois ajudasse pelo menos com parte da verba, que houvesse por bem approvar, para a edificação d'esta igreja que será consagrada a S. Francisco Xavier (\*).

Os gentios circumvisinhos, denominados Papéis, são temíveis. Não posso preterir um acontecimento que hontem à tarde teve lugar sem que o communique a V. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup>:

Quasi debaixo das boccas d'artilheria três dos taes Papéis espingardearam três soldados que tinham ido à aguada à fonte de Calaca próxima dos baluartes; dous foram debaixo das armas recolhidos, mas já mortos, o terceiro salvou-se porém todo retalhado de metralha miuda com que carregam suas armas. Nós mesmos não nos achamos seguros na praça e mesmo dentro em nossas casas, pois o muro que nos poderia fechar e deffender do inimigo, é todo desmantelado: apenas occupam seus alicerces grandes madeiras, que formam uma péssima tranqueira; esta mesma é desmanchada e aberta em vários sitios, por onde o gentio nú e armado entra em horas esquecidas. E quando não mette fogo à palha de que muitas casas são cobertas, furta tudo o que encontra, ainda mesmo a vida do seu semelhante, e depois cose-se com a noite e em dois pulos enfia-se no mato, foge e desaparece.

A tardança d'um castigo exemplar tem n'os tornado cada vez mais ousados e atrevidos. Não são poucos os roubos por elles feitos à luz do dia, nem poucas as vezes que teem varrido às lavadeiras suas roupas nas fontes. Não são poucos os que pelos mesmos hão ido acutilados e à queima-roupa fuzilados nos portões, nos baluartes e no centro da povoação.

A V. Ex.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> humildemente peço se digne lembrar-se de mim em suas orações.

De V. Exc.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup> attento, venerador e obediente creado.

Cacheu, 10 de Janeiro de 1870. *Marcellino Marques de Barros.*

---

(\*) Boletim official n.º 21 de 1868, Port. 112 de 20 de Maio. Approvação do orçamento de 2.138\$220, para uma igreja em Bolor.

## VI — 1 DE OUTUBRO DE 1870

*Carta do P. Marcelino Marques de Barros ao Superior do Colégio de Sernache do Bonjardim, com informes sobre a visita feita a Farim, a persistência dos usos e costumes gentílicos em muitos cristãos, a decadência comercial dessa praça, e o ambiente de insegurança que aí se vivia devido às lutas entre fulas e mandingas.*

In *Annaes das Missões Portuguezas Ultramarinas*,  
Lisboa, 1871, n.º 19 (pp. 303-304) e n.º 20 (pp. 318-320).

Ex.<sup>mo</sup> e R.<sup>mo</sup> Snr.

No dia 9 de Agosto fui em visita, com o juiz forâneo, à freguezia de Nossa Senhora da Graça, presídio de Farim. Fiz uma viagem de 60 léguas sobre o magestoso leito do grande rio de S. Domingos, cujas águas plácidas e profundas manãem entre duas altas muralhas de magnífica e perpétua verdura, as suas margens ambas são d'uma fecundidade virginal: há ali o agigantado «poilão», a alta «faia», o eterno «sibe», o páo «sangue» malhado como o mármore, o valente «mancone», e o «macete» duro e amarello como o buxo; também alli há entre muitos o roxo páo «carvão», o «bissiló» e matagaes d'incenso.

Tendo desembarcado na tarde do dia 13, apresentei-me ao digno chefe do presídio, o Snr. Pedro José Pereira Barreto, que me recebeu amigavelmente. Por ordem do dito chefe, apresentaram-me uns tristíssimos paramentos com alguns santos que soffreram grandes avarias. Entre estes, uma santa de respeitável altura e de madeira, e muito antiga pela côr e por ignorar-se completamente o tempo de sua consagração. Comecei por avivar-lhe esta côr, que era muito mais sombria que a do seu verdadeiro retrato feito por S. Lucas. E na proporção que adiantava a minha tarefa crescia a minha admiração ante uma perfeição fabulosa: parece que o sinzel que produziu estátuas gregas e o pincel milagroso de Raphael disputaram a palma na obra d'esta imagem. É verdadeiramente uma Rainha cercada de variedades: nos augustos olhos e divinas formas existe um manancial sublime de graça e candura e uma vida que lhe enche até as últimas extremidades; a admirável côr do seu rosto parece roubada à aurora, a das sobrancelhas ao íris, do cabelo ao ébano, dos dentes à neve. Pendente de ebúrneos e magestosos hombros e recamado de milhões d'estrellas desce um manto de côr do límpido azul do céu depois da tempestade; o seu perfil diffunde um ar de movimento rápido e de uma flexa voando às núvens: os mesmos anjinhos que nos lados lhe fazem um lindo côro estão como que loucos de contentamento e felicidade.

Haverá talvez uma imagem semelhante a esta, contudo o que affirmo é que nunca vi semelhante em Portugal; e para que tudo diga, é ella como um d'esses antigos e inimitáveis monumentos christãos reproduzidos por Chateaubriand.

N'uma pequena salla onde o Revd.<sup>o</sup> Padre António Henriques Secco dizia o Santo Sacrificio da Missa, eu e com os muitos dos meus discipulos

que para lá levei, e coadjuvados pelo chefe do presídio, fizemos uma bonita armação, que aos olhos d'aquelle povo foi uma couza esplêndida. Vem o dia 15 e chegou a hora da Missa; o povo apinhou-se com todos os notáveis. Começámos a festa por uma Ladainha escolhida e cantou-se a Missa figurada do 6.º e 5.º tom. A Elevação dois meninos entoaram o singelo e mavioso «O Salutis Hostia», uma das mais devotas composições de V. Ex.ª; e no fim de tudo o «Vós sois minha esperança... minha Mãe e guia», acompanhado com o harmonioso «Cantemos... e o orbe lhe entoe hynnos de louvor». Dirigi ao auditório algumas palavras de fé e perseverança, e a sua incomparável docilidade commoveu-me, e isto foi o que sempre ouvi dizer: que na Guiné não havia povo mais dócil que o da Farim.

Não é para admirar muito o haver erros gentílicos em toda a classe grumete d'esta costa, pela simples razão de estarem sempre em contacto com o gentio fetichista e musulmano, com os quaes commercia e vive, e sobretudo faltando-lhe continuamente e por longos annos, illustrados, zelosos e bons pastores. Todo o baixo povo das povoações christãs da Guiné tem pr consequência estes uzos e costumes que também encontrei n'aquelle presídio: há alli uma árvore «poilão» chamada po rantiphase «Santa Luzia», entre cujas raizes homens e mulheres do povo derramam licores com o fim de aplacar o génio mau nas grandes calamidades.

Crêem em certos paus e pedras e outras cousas inertes como poderosas guardas do corpo, que o tornam resistente ao punhal e à bala ardente, e chamam lhes àquillo «breves». No fim de oito dias de luto e carpidos de aluguel, praticam certas cerimónias ridículas mas péssimas e imperdoáveis ao espirito christão: têm fé nos mouros necromânticos e dizem que há certos homens privilegiados que descortinam o futuro e enxergam o invisível, e são chamados «arteiros». Também acreditam que há homens phosphóricos que voam e se transformam em colheres, gatos e lagartos. Affirmam como certíssimo haver feitiços, bruchas, possessos de finados, fantasmas, pássaros agoureiros, signaes, sombras do outro mundo... horrendos monstros que germinarão eternamente em todas as cabeças ocas e tenebrosas, em cujos antros nunca brilhou um raio de luz.

Os meus bons alumnos tomaram espontaneamente à sua conta o ensino da Doutrina Christã, formando de tarde na rua muitos grupos de meninos e jovens. E perseveraram n'esta caridosa empresa vinte e seis dias que lá estivemos. Foram baptizadas 23 pessoas adultas na maioria, e cujos nomes foram lançados no competente baptistério.

Resta dizer a V. Exc.ª Revd.ª o que seja hoje aquelle presídio. Farim é uma das mais importantes possessões portuguezas no vasto e rico território mandinga, onde os seus antigos proprietários e os de Cacheu extrahiram fortunas immensas que ainda hoje a fama apregoa e os monumentos comprovam. Hoje a cera está reduzida a um punhado por anno; o marfim quasi que desapareceu de todo, e difficilmente se encontra o finíssimo ouro de

Tilibó<sup>(a)</sup>: Selho<sup>(b)</sup> tem sido para elle uma faminta bicha que lhe está sugando o sangue todo de suas ricas veias! ...

Farim em presença do que foi, não é hoje mais que um cadáver, que começa a descompor-se... de tempo a tempo retumba nos ares um ruído sinistro de casas desmoronadas; uma população não mais que de oito centas almas, das quaes sete décimas partes andam dispersas pelo chão gentio, procurando vida e sustento; uma fraca paliçada que circumda a povoação d'um lado, quatorze casas de taipa e sete pardieiros vão formando as populosas ruas d'outrora, aqui e acolá erguidas. Montões de ruínas por toda a parte, os baluartes por terra e a artilheria encravada, apenas uma ou duas peças montadas; três soldados e vinte homens promptos por ventura ao rebate de qualquer inimigo cem vezes superior; e junto à praia algumas pirogas amarradas!

Acrescente-se: «Fulas-captivos», povo cruel, pegando em armas contra os Mandingas, seus senhores, e ajudados dos «Fulas-mulatos-livres-Touroncas». Aos valorosos «Futafulas»<sup>(c)</sup>, vencendo sempre léguas consideráveis de terreno estão com furor indómito, levando incendio, terror e morte a todas as tribus mandingas. Mais «Amfamora-Mané», primeiro cabo de guerra mandinga, que alguns annos antes atacara fortemente a povoação de Geba, homem astucioso e traiçoeiro, e que havendo conservado a pouca distância de Farim mais de oito centos homens de sua guerrilha, entrou n'este presidio com trezentos armados de facas, espingardas e terçados e uma companhia de cem cavallos; os poucos que se achavam dispostos a defender a pátria e a nação desapareceram como que afogados na onda de tão grossa multidão. Apesar d'esta situação crítica, um grumete bêbedo e brigão revolveu as massas, e immediatamente a cavallaria occupou os pontos principaes do presidio, e em seguida ouviu-se uma detonação: tudo acabaria naturalmente em saque e conflagração se o chefe do presidio não uzasse de sua prudência para aplacar a tempestade.

N'este aspecto e abandono encontrei aquelle presidio muito abatido em sua própria desgraça e com os males e desgraças d'esta guerra accesa pouco longe de suas portas. Sob o glorioso pavilhão portuguez tão magnifica estância para o commercio e agricultura poderá vingar cinquenta annos de existência sem que o malfadado estado das cousas se mude? ...

---

(a) Tilibó, significa «nascida de sol», ou as terras que ficam ao nascente. Nos últimos confins da Senegâmbia, no interior ou mais longe, há uma grande nação Tilibonca, que em numerosas caravanas (sete) vinha com uma cáfila de escravos da mesma nação, e trazia em canunilhas do mesmo metal; calcula-se que ainda em 1848 uma caravana trouxera em ouro mais de 1.500 oitavas.

(b) Selho (Sediou): é uma nova e bonita povoação francesa no rio Cazumansa, 12 léguas ao norte de Farim.

(c) «Futafula»: é uma grande nação guerreira e que vive só de conquistas. É muito provável que os antigos «Sumbas ou Manes», hoje conhecidos pelos europeus com os nomes «Ashantis, Dahomeis» etc. sejam os que em Senegâmbia são presentemente chamados «Futafulas».

Com o mais profundo respeito, sou de V. Exc.<sup>a</sup> Rev.<sup>ma</sup>, Exc.<sup>mo</sup> e Revd.<sup>mo</sup> Snr. Bispo eleito de Macau e Superior do Collégio das Missões Portuguezas Ultramarinas, attento venerador e menor criado.

Cacheu, 1 d'Outubro de 1870  
*Marcellino Marques de Barros.*

VII — 20 DE JULHO DE 1873

*Carta do P. Marcelino Marques de Barros a um aluno do Colégio de Sernache do Bonjardim, com importantes informações sobre o fetichismo na Guiné.*

*In Annaes das Missões Ultramarinas,*  
Lisboa, 1889, ano 1.º, pp. 45-47.

... Passo agora a dar-lhe algumas notícias do fetichismo d'esta parte d'Africa, em satisfação ao seu pedido. E pode o collega ficar certo de que não é negócio fácil descobrir, ver e comprehender a origem d'onde procedem muitos dos usos e costumes d'estes povos.

Os gentios, por serem naturalmente desconfiados (especialmente com gente de côr e religião diferentes) escondem sempre a verdade dos factos; e ajunte certa repugnância, embaraço ou medo que manifestam quando se arriscam a dizer-nos algumas coisas de suas crenças, usos e cerimónias, por apprenderem em regra toda a doutrina d'estas coisas no coração das florestas, vedado a olhos estranhos e d'onde sahem com a boca sellada com recommendações e ameaças que n'isso lhes vai a segurança da vida, bens e família; e acontece muitas vezes que aquillo que o pae sabe o filho o ignora, e nem todos os anciãos participam dos segredos dos grandes do paiz; entre homens e mulheres nem sempre há communhão de ideias e de modo de ver, pois discordam em muitos pontos de crença e seguem ritos diferentes.

As suas varellas chamamos nós «balobas» ou «chinas» («batchinabu»). Imagine o meu amigo um tecto de varas e colmo à feição de um funil assente no chão e com uma pequena abertura, por onde só se entra com a barriga de rastos. Levante ainda uma ordem de cinco ou mais forquilhas dispostas em círculo, e sobre ellas a mesma armação, e terá um novo feitio de varellas. No centro e sobre um adobe há sempre um chavello, uma pedra, um testo ou uma concha enterradas até às bordas. Estas aras têm um orifício no meio, por onde somem licores de sacrificio, o sangue das vítimas e algumas bagas de arroz cozido e adubado com leite azedo e azeite de dendém. Algumas há que são cercadas por uma estacada, onde se encontram amontoadas púcaras, ossos de porcos, de cães e de cabra, quebrados e roídos. Aqui e alli chifres na ponta das varas à laia de barretes phrígios. «Nassim batih tanquin utiá!» — É esta a invocação dos balobeiros quando começam ou acabam um sacrificio altamente solemne. Esta oração, que é sempre acompanhada de gestos expressivos — mãos erguidas e olhos no céu — é dos «Papéis» da «Costa de Baixo», que são no fetichismo os mais auctorizados.



Os fulupos, com os mesmos gestos e nas mesmas circunstâncias dizem: «Athamith», Ser dos seres, — «Allah!» — exclamam os mandingas em árabe; e «Yalla», corrupção de «Allah», é dos Wollofs.

Não obstante possuírem estes e outros gentios nomes tão expressivos com que designam o deus de seus deuses, com tudo só nos extremos de afflicção ousam pronunciar-o, tendo os «Papéis» o «batih (céo) e os fulupos o «emitahi» (a chuva!), com que nomeiam ordinariamente o Ente Supremo.

Crêem na existência de génios, a que os Papéis chamam «bighiteh», os mandingas «djino», os wollofs «coure», os que teem no dialecto creoulo o nome de «iram» ou «riam», que constituem uma humanidade semelhante à nossa e que só por vezes se manifesta a naturezas privilegiadas: «arteiros», espécie de «mediums», de prophetas, de visionários. Dizem que este irans são de côr muito branca (querem dizer talvez amarello, ruivo e de cabello corredo; é notável!). Contudo, alguém me afiançou que também os há mulatos e pretos!

Há-os de duas castas: «rians» formosos e benéficos, a que prestam culto, crendo que cada homem, cada povoação e paiz tem o seu «riam» protector: «utchai», ou «huntchai»; «rians» feios e maléficos, são aquelles de grandes orelhas e de duas pontas na testa, e por isso lhe chamam os Papéis «Utchai pintim rians», de chifres.

Sobre este ponto havia muito que dizer. Os brancos, isto é, os que o são somente pela côr, são tidos na conta de «irans», por isso que lhes parecem «obra de génios sobrenaturaes esses immensos sobrados do mar que removem sem vela nem remos, mas só a fogo e fumo, contra a maré e contra os ventos».

Também creem no «indjimpor», termo da lingua «papel», e significa o mesmo que «ninkinanko» dos mandingas, e «yen» dos wollofs. São nomes de grandes serpentes, em que se occulta um inimigo terrível e encarniado do género humano (cfr. retro). Há contudo os que se atrevem com elle, offerecendo-lhe corpo e alma em troca de riquezas, e quando morrem são todos os seus bens inventariados e postos em praça, e o resto é abandonado como propriedade do dragão.

Pensam que a terra é providencial e executora da justiça de Deus; por isso, n'uma affronta, n'um juramento, invocam a terra, dando palmadas no chão; nem bebem vinho ou aguardente sem que primeiro reguem a terra com algumas gotas. E contam desde que os homens se viram obrigados a buscar no trabalho o sustento (Ad. cf.) feriram a terra com a pá de lavoura e a terra se banhó em sangue; e que foi desde então que ficou de parte a parte firmado o seguinte contracto: que os homens comessem da terra, e a terra fosse commendo nos homens. Temos aqui o extenso fio da tradição completamente perdida.

Prestam culto aos mortos e conservam muitos symbolos de passamentos, junto dos quaes deitam água (!), aguardente ou vinho de palma. E costumam às vezes banquetear seus defuntos parentes com arroz e leite. Esses defuntos descem do céo transformados em pássaros, que devoram o manajar sagrado. Que as almas dos mortos transmigram, renascendo mais perfeitos e mais felizes, as dos maus ou dos feiticeiros, o que significa o mesmo, ressuscitam com todas as qualidades de monstros e acompanhados de todas as misérias. Sustentam-se de fructas silvestres e não desgostam de vinho de palma.

Acossados pela fome, atrevem-se ao cair da noite a ir pellas janelas pedir os restos da ceia. São fanhosos e duma pronunção extranha: a potência vocal é das mais poderosas que raro se fazem sentir nos bosques.

Homens monstruosos, tartamudos!... (aqui há coisa!).

Variam muito as auctoridades scientificas na definição do fetichismo. Dizem uns que é o culto dos maus espiritos; outros, uma adoração de ídolos; ou então, que é uma e outra cousa, e ainda mais, que é magia, serpente divina, bruxedo, etc.

Enquanto se não sabe positivamente o quem vem a ser essa feição religiosa, deixe-me o meu amigo arriscar uma definição, toda minha e segundo o meu modo pratico de ver as coisas. O «fetichismo» é, nem tanto acima nem tanto abaixo do culto de dulia que se presta às almas dos parentes e dos homens extraordinários passados, e a uma humanidade sobrenatural, «mysterio das phalanges» (L. Figuier), que habitam toda a superficie da terra, no espaço, nas águas, nas rochas, nas árvores. Esta tradição, cujo culto é precedido sempre nas horas de soffrimento de uma sincera invocação ao quasi «ignoto Deo é doce» (Levingstone) e cheia de profundas e suprehendentes lições de moral preparatórias para uma vida de paz sobre a terra, aquém e allém do túmulo.

Isto assente, passemos adiante. Esta gente uza frequentes vezes de metonymia, e estou convencido que é só por convenção: «chuva», pela Providência; contractos com a terra sagrada, por habitantes occultos da terra; a terra por testemunha, por os mesmos habitantes do globo.

Estive durante muito tempo convencido (e de quantas tolices se não convencem os viajantes do continente negro!) de que os fulupos prestavam a uma avezinha chamada «martel» um culto muito superior àquelle que prestam aos seus «batchinabóbe». Hoje felizmente estou convencido do contrario. Eis a explicação textual da apotheose.

Houve tempo (os fulupos são de uma eloquência por ahi além) em que uma estiagem ameaçou acabar com todos os homens, com todos os animaes, com todas as águas, com todas as árvores. O céu forrou-se de cinza ardente e a terra tingiu-se de azul!... Que os poilões e as palmeiras seccaram desde a ponta dos ramos até às raizes, dentro das raizes da terra. Que o rio, que na sua maior largura entre Bolor e Matta de Ucó mede cincoenta tiros de flecha, baixaram tanto que dois amigos apertavam-se as mãos n'uma e n'outra margem! Enfim, que a fome cresceu a ponto de os homens se verem na necessidade de passar as noites encostados às armas para rebater o chagal e o tigre, que vinham em ruidosas alcatêas atacar a povoação.

E a causa de toda esta desordem e calamidade foi porque o sol baixara com uma grande fogueira, de maneira que a terra estava tão quente que até as almas dos mortos soltavam espantosos rugidos.

Por esse tempo — que «Emitahi» não torne a mandar! — acharam nos grandes ninhos de «martel» uma enorme quantidade de arroz em palha, com que voltaram abençoados dias de chuvas e de orvalhos. D'antes ninguém se lembrava de enceleirar parte do mantimento havido nos bons annos, porque tudo se comia sem peso nem medida, a arrebentar. E para que ficasse não só uma prova de eterna gratidão, mas ainda uma lição constante de economia doméstica para seus filhos e para os netos de seus filhos, fizeram «tabú»

e china aquella ave, de providente e admirável insticto, deram-lhe o título de «amanhen» (pontífice-rei) e prescreveram extraordinárias cerimónias com que o seu enterro se fizesse. Penas de sangue de desterro e confiscação de bens não foram poupadas contra aquelle que se arriscar a fazer-lhe qualquer damno.

Ora, depois de o meu amigo pôr este facto em paralelo com as antigas adorações (?) dos «fbis» e «crocodilos» no Egypto, dir-me-há se eu tenho razão para supor como qualquer viajor que estes pobres diabos adoravam pássaros. Que lição! ...

Há para elles um génio que preside às estações do anno, a quem consultam sobre a differença de produção de diversas culturas nas águas mais próximas. Para isso fazem mystérios de um meio que acredita mais o seu entendimento do que a sua fé religiosa. Recolhem com muito cuidado uma boa porção de água no último inverno, e n'um dos dias mais quentes de Maio o régulo acompanhado do balobeiro-em-chefe e de alguns grandes da terra, marcham em segredo para a baloba, seguidos de escravos que levam uma cabra para o sacrificio, um pote d'água da chuva e uma collecção bem sortida de sementes. A vítima é immediatamente immolada assim que chegam, e junto à ara lavram uns quatro palmos de terra e espalham as sementes, que regam. Passados dias, vão ver, e pella differença e vigor no desenvolvimento das sementeiras, calculam logo a abundância ou a escassez de differentes colheitas no próximo «anno de lavoura». Logo depois, um dos conniventes da tramóia, occulto no bojo da árvore em que mora o «iram», emboca um grande búzio e o balobeiro explica a incomprehensível linguagem ao povo, que a escuta cheio de pasmo e de terror sagrado, pois os sons produzidos violentamente n'aquelle instrumento com estranhas modulações levam a crer estar ouvindo uma arenga de espíritos tenebrosos. Os seus oráculos são quasi sempre assim.

Geralmente, como fiz notar no começo d'esta, pensa-se que o selvagem negro é fácil de comprehender. D'aqui, tantas conclusões que se destroem; exemplo: «na África há povos sem religiões» (Livinstone, Nogueira, Cameron). «Não há povos sem religião», excepto «talvez os Bachapins» (Quatrefages).

A experiência tem-me demonstrado qu não há tesouros, nem artes, nem a maior sciência de línguas bastantes para penetrar no labyrintho escuro de uma alma selvagem, que perante os estranhos de côr, de religião e de costumes conserva sempre o seu «perfil perdido».

Por isso muito se tem escripto sobre o selvagem material e os seus actos materialmente comprehendidos. O selvagem racional e moral é coisa que ainda não vi bem nos livros. A «caridade», que se resume simplesmente n'aquelle princípio doce e bom «amar o próximo como a nós mesmos», é uma moeda de lei para todas as raças humanas; e além d'isso é uma lâmpada de um alcance e de uma força superior aos mais poderosos microscópios da biologia. Agora, deixe-me descançar por um pouco, e depois fallaremos da «água vermelha»! Note que não é a cachaça, a cara ambrózia do africano! ...

*Marcellino Marques de Barros.*

## VIII — ANO DE 1874

*Curiosa descrição, feita pelo Padre Marcelino Marques de Barros, intitulada «O Régulo Cumeré», sobre as festas de eleição dum novo régulo nos Pepéis de Antim.*

*In Novo Almanaque de lembranças luso-brasileiro, Lisboa, 1881, pp. 158-159.*

**O RÉGULO CUMERÉ.** — (*Ilha de Bissau*). No dia 17 de Janeiro d'este anno de 1874, correo notícia n'esta villa que os Papéis d'Antim andavam lá fora festejando a eleição de um novo régulo. Não podemos resistir à curiosidade de ir ver a funcção. Eram já mais de quatro horas da tarde, o sol ainda afogueava as areias da rua; não obstante, Pedro d'Azevedo, Daniel Barbosa, Mathias de Seabra, eu e mais amigos saímos de casa e encaminhámo-nos a uma colina próxima, sobre a qual avistámos o cume de uma cobata e o formigar de cabeças apinhadas.

E ainda não íamos bem no alto da collina, e já certo clangor e uns éccos, ao parecer, de ferrinhos, mimoseavam os nossos ouvidos. Minutos depois, abeirámo-nos à multidão, que era de gente quasi nua, entre os quaes havia alguns de pannos terçados e muito armados e emplumados ao uso gentílico; raros iam e vinham; grande número de cocares luziam sobre as cabeças pretas.

E quaes foram as primeiras perguntas que logo nos accudiram à bocca? Estas: — «Qual delles é o rei?» — «Onde estará elle?».

Era natural, pois connosco não andava Salomão nem a sua sombra, que nos illucidasse. Mas depressa um d'entre elles nos apontou para o que haviam acclamado. Começámos então a distingui-lo dos mais por trazer sobre a cabeça uma espécie de adarga, na mão direita um irão ou amuleto vermelho, e uma tanga de pelle bem cortida com duas pontas fluctuantes à laia de caudas. Era um homem robusto e de boa figura, e dava-lhe certo ar de magestade a muita carapinha que da cabeça lhe pendia em chorões.

Já nos imaginávamos no antro de Throphonius, quando de arremesso se ergueram para umas escaramuças uns quarenta mancebos. Divididos, lançaram-se ao combate com saltos e terçando espadas n'um rugir guerreiro. E não obstante a brincadeira, lá se viam uns sairem trilhados, outros com um olho ou alguns dentes de menos.

Quando nos lembrámos de saber as horas que eram, puchámos pelos relógios, e passeiando nossas vistas no baixo horisonte, vimos o sol, abrazado em seu limbo, a esconder-se atraz das palmeiras!

*Marcellino Marques de Barros (Bissau).*

## IX — ANO DE 1876

*Curiosa descrição, intitulada «Geba e o rio do mesmo nome», feita pelo Padre Marcellino Marques de Barros, sobre as belezas do rio Geba e sobre o estado de abandono da praça do mesmo nome.*

*In Almanaque de lembrança luso-brasileiro, Lisboa, 1876, pp. 291-292.*

**GEBA E O RIO DO MESMO NOME (Senegâmbia).** — Duas enormes serpentes, que perseguindo-se deixam no solo um rasto de mil curvas, dão a lembrar as águas do Geba, que multiplicando as voltas, rompem por bosques e campos de verdura. — Que festa não é o viajar por um rio assim, embarcado n'uma canoa toda embandeirada! Verdade é que, à noite, só tem o viajante a contemplar o céu carregado de brilhantes, a terra de sombras e phantasmas, o ar de cacimbas; e o silêncio, que augmenta apenas perturbado com o saltar de peixinhos, e com o resonar dos grumetes estirados nas latas.

Mas, ao amanhecer, que de quadros e de hymnos o não cercam! Renques de palmeiras no horizonte coroadas de luz da aurora; um crocodilo saindo da margem do rio desce escorregando pelo lamaçal abaixo; palram em volta dos seus ninhos as aves de mil côres. Á então que os grumetes seguindo sua viagem, jogam seus remos ao som do «bombalão», sem se incomodarem muito com o hyppopótamo, que de quando em quando amostra à proa sua cabeça de monstro marinho. No tracto por onde o rio corre desassombrado de arvoredos, acham-se manadas de gazellas que pascem nos prados; e é de ver como a tiro de clavina se põem todas em debandada, e como fogem algumas garças brancas, que se vão poisar sobre a verde folhagem das árvores como flocos de neve!

Chega-se finalmente ao ponto do presídio. Sendo em Agosto e Setembro e no anno de alagações, apenas se avistam os tectos de uma povoação rústica, ao parecer, afogada nas águas de um lago. De Março a Junho o rio decresce tanto, que se pode d'aquém desenhar as caras dos peregrinos mahometanos, que se vêem constantemente de pé ou assentados em suas trouxas com as contas nas mãos à espera de batel. É também por estes mezes que as mulheres do presídio costumam descer ao porto a bater a roupa, enquanto seus filhos se banham, mergulhando como um bando de patinhos.

Em terra, as primeiras coisas que chamam o reparo são a bandeira nacional que se vê esfarrapada no topo de um mastro, e o templo em que houvera entrado a Sagrada Família quando, fugindo do braço de Herodes, não achava gazalhado entre os homens. As ruas são principalmente frequentadas por fulahs armados, e já livres; o terreno é mimoso e fecundo; o sol flamejante; muitas árvores, algumas tombadas pelos vendavais do sul, outras, lançando de mui alto sombra deliciosa sobre as casas e ruas, é tudo o que um viajante pode em rápido passeio recolher no seu livrinho de apontamentos, ou esboçar num cartão.

*Padre Marcellino Marques de Barros (Bissau).*



## X — ANO DE 1879

*Curiosa descrição feita pelo Padre Marcelino Marques de Barros, intitulada «O rio Geba», relatando uma vistai aí realizada e as peripécias da viagem.*

*In Novo Almanach de lembranças luzo-brazileiro, Lisboa, 1879, pp. 281-282.*

*O RIO GEBÁ (Senegâmbia). — Trecho de uma carta enviada a um collega meu no Collégio das Missões.*

Tendo-me o digníssimo Governador da Guiné, o Sr. António J. C. Vieira, aprestado uma embarcação que lhe requeri para uma visita a Geba, larguei do porto d'esta villa em a noite de 12 de Maio; e pela manhã, sol alto, aportámos a uma ponta denominada «Santo António». O meu amigo, que d'aqui foi já com idéas claras das coisas da nossa terra e em especial das canoas e chalupas com que navegávamos estes rios, lembrar-se-há de quanto são ellas incómodas pelo ar mephítico que exhalam, o cordame, as cavernas e as sórdidas bagagens, e pelos solavancos com que trazem a cabeça da gente sempre à roda.

Por isso me escuso dizer-lhe com quantas azas de contentamento voámos todos à terra. Horas depois, o dono da ponta servio-nos uma frugal refeição, que era composta de arroz, galinha e nata, com que ficámos regalados. Depois descansámos de tão aborrida viagem sobre a verde relva e às sombras de umas árvores, das quaes estavam suspensos alguns ninhos volantes.

Quando começou a soprar a fresca viração da tarde, apressámo-nos a aproveitá-la, e com ela nos fomos rolando até que alcançámos o Chime, já noite. O rio que n'este passo começa a ser d'água doce, principia também a tornar-se apertado por maneira que não raro acontecia varejarem os mastros das árvores. E a noite faz-se ali tão escura, que a luz das estrellas mal nos dava claridade nas intermináveis voltas por onde tínhamos de meter a prôa. Demais, leva o Geba n'aquelle passo suas águas tão arrebatadas, que aos grumetes pareceu melhor metter os remos dentro, como fizeram, e estender as costas nos bancos: assim mesmo, levava a canoa tal seguimento, que parecia ir deslizando por um rio d'azeite.

Subi ao castello da pôpa e quedei-me envolvido n'um lençol a scismar em tudo o que se me offerecia à vista e à imaginação. E com que arrepios não ouvíamos o piso das feras que andavam entre aquelles troncos enredados, quebrando ou britando entre seus dentes caroços de fructas silvestres!... Depois de muitas horas longas e de um morno silêncio, começaram os passarinhos a cantar o hymno da alvorada, até que sobre as palmeiras brilhou o sol abrazador. E à proporção que íamos seguindo a nossa viagem por entre manadas de hypopótamos, assim a natureza nos offerecia variadíssimos quadros, uns cheios de primitiva simplicidade, outros de grandeza. Agora é um gentio que, com um arco ao hombro, pluma na cabeça, está parado à sombra de um frondoso bissiló, a olhar-nos. Depois, outro que está pescando à vara, montado n'um tronco sobranceiro ao leito do rio. Não longe apparece e desaparece nas frondes uma serpente, que gira soltando assobios!

Em seguida, renques de linhas tamareiras com seus cachos amarelos cheios de bagos de ouro. Salta além uma grande matilha de macacos, que se divertem a fazer bugiarias à gente. Que direi d'esses mimosos prados, em que repastam de continuo tão ligeiras e lúsidias gazellas!

Estas margens attestam um tal esplendor de verdura, que era mesmo um continuo imaginar termos descoberto ali o paraizo perdido!

Chegados que fomos ao porto do prezidio, ouvimos o cântico dos gallos na povoação.

M. M. de Barros (Africa).

## XI — ANO DE 1878

*Curiosa descrição, intitulada «Uma lição de sabedoria», feita pelo Padre Marcelino Marques de Barros, sobre usos e costumes dos manjacos da Costa de Baixo.*

*In Almanaque de lembranças luso-brasileiro, Lisboa, 1878, p. 116.*

**UMA LIÇÃO DE SABEDORIA (Senegâmbia).** — Retrauco, antigo e poderoso rei manjaco da Costa-de-Baixo, tinha três sobrinhos, dos quaes o segundo se chamava Jon-Curto. E não obstante o costume fundamental do reino que dá o barrete ao filho primogénito da irmã, quando esta tem mais de um, só pensava em acertar na escolha de um dos três que melhor lhe herdasse não só o barrete, mas também as suas boas qualidades. Tão boas que lhe grangearam a fortuna e o prestígio, e lhe consolidaram a tripeça régia.

No rústico pátio abatia-se um boi para o sustento diário, e o rei um dia ordena intencionalmente aos sobrinhos que d'hora avante, e revesando-se, talhassem a carne e a dividissem. Depois observou-os de soslaio, e os sobrinhos, não se dando por achados, lançavam na cuia da balança mais carne para si e para os seus, e menos carne e mais ossos para os seus contrários, menos o Jon-Curto; porque o fiel da balança em suas mãos nunca oscilou mais para o seu quinhão que para o quinhão dos que não eram seus amigos.

Este príncipe, apesar da opposição que se lhe fez, cingio o barrete encarnado, e com o seu governo não desmentio a sabedoria do rei defunto. Foi um bom rei, justo e magnânimo como havia sido seu tio.

M. M. de Barros (Bissau).

## XII — 30 DE NOVEMBRO DE 1880

*Carta do Padre Marcelino Marques de Barros ao Ministro da Marinha, o Visconde de S. Januário, sobre o perigo de estrangeiros (sobretudo franceses) na Senegâmbia portuguesa.*

A.H.U., Guiné, 2.<sup>a</sup> Secção, 1.<sup>a</sup> Repartição, Pasta 409 (1879-1882), doc. 442.

Excellentíssimo Senhor,

[*Despacho, em letra diferente*]: «Mande-se cópia desta carta ao Governador da Guiné, para a tomar na devida consideração, acrescentando-se-lhe que considerando este Vigário Geral em bom conceito, a S. Ex.<sup>a</sup> o Ministro pelos serviços que há prestado à Igreja, e de que sempre tem dado boas informações o Prelado da Diocese, podem merecer atenção as ponderações que faz.

Ao Vigário, accuse-se a recepção e diga-se-lhe que serão sempre bem recebidas por S. Ex.<sup>a</sup> todas as notícias e informações que o seu zelo lhe requerer em favor da Guiné e dos interesses que o Governo portuguez ali deseja proteger e animar: 8/1.<sup>o</sup>/81».

[*A margem do texto*]: «Offícios ao Vigário da Guiné e ao Governador da Província da Guiné em 24 de Janeiro de 1881».

Os Portuguezes por direito de conquista foram ou deviam ser os únicos senhores de todo o immenso território que se estende desde o Senegal ao Gâmbia, e que por ser muito fértil e coberto de 14 milhões de habitantes, poderia mais tarde constituir uma potência se soubéssemos sempre edificar impérios.

Infelizmente, por cessões, por troca ou por abandono, os francezes por um lado, os inglezes por outro começaram desde cedo e por tal forma a dividir entre si a Senegâmbia, que foi forçoso trocar-lhe o nome por outro menos pretencioso, o de «Guiné Portuguesa». Os dois concorrentes à grande herança que nos legaram os nossos antepassados, não contentes com limitar-nos à 5.<sup>a</sup> parte quasi da antiga Senegâmbia, pretendem ainda cancellar-nos os rios de Nuno e de Casamansa e as ilhas de Pissiz e de Canhabak.

Tudo o que fizeram os inglezes consta felizmente de um «Memorandum», o que fazem e o que pretendem os francezes é o que talvez não foi ainda liquidado.

Por não ser minha intensão cançar a paciência de Vossa Excellência com uma longa história que seria na verdade escusada para Vossa Excellência, Ministro de tanto saber e experiência, tomo a liberdade de enviar a Vossa Excellência, em forma não de conselho mas de prevenção, alguns traços mais salientes das minhas observações feitas em 14 annos em todas as praças e prezídios desta Província, para onde me têm levado os meus deveres de missionário obscuro.



Formalmente: os francezes hoje muito mais que os inglezes, pretendem arrebatarnos a Guiné Portuguesa, e mais tarde ou mais cedo, por força ou por artes, far-se-hão senhores della. Ainda há quem concede a Portugal esta collonia só dez annos, no fim dos quaes ver-se-há um temeroso couraçado nas águas de Mambaiá<sup>(1)</sup>. Começaram já com os avisos sagrados: é cedo demais! O francez mais insignificante ao penetrar neste nosso pequeno Brazil, concebe ideias ambiciosas taes, estabelece desde logo planos tão certos, que é uma maravilha.

Pelos annos de 1825 a 1830 appareceu como ave de arribação um naturalista francez por nome Bocandé, que valendo-se da sua actividade e talentos, percorreu todas estas paragens, estudou a sua fauna e flora, bem como os usos e costumes e línguas destes povos, fez sondas, amontoou collecções, e sabe Vossa Excellência qual foi o resultado de seus trabalhos em 20 annos? — A confecção de um mappa exacto de toda esta provincia, em que determinou com tinta vermelha os pontos cuja occupação as colónias francezas de realizar no futuro<sup>(2)</sup>.

Os pontos marcados são, além de outros: Selho, à margem direita do Casamança, entre Zeguinchor e Farim e não muito longe do rio e prezídio de Geba; Jafunco, entre o rio Eblondok e o S. Domingos, do lado de Bolor e perto de Cacheu; Pissiz, entre Bissau e Ilhetas; Canhabak, no archipélago bujagó, junto à barra de Bolama e do Rio Grande<sup>(3)</sup>.

Comprehende-se perfeitamente o jogo: as populações e comércio dos nossos prezídios serão com o andar do tempo absorvidas pelo commercio e perzídios francezes. O estado deplorável de decadência e miséria em que se acham os nossos prezídios de Zeguinchor, de Geba e de Farim está ahi attestando com tristíssima eloquência a veracidade das minhas presumpções.

O próprio Bocandé apressou-se a dar o exemplo, estabelecendo a sua feitoria em *Carabana*, nono ilhéu dos Mosquitos, e em seguida vimos transformar-se «a miserável povoação de Selho»<sup>(4)</sup> em uma villa a mais bella e a mais florescente da Guiné Portuguesa.

Se os francezes se tornaram cada vez mais preponderantes no Casamança, penso que se não deve attribuir a culpa senão à criminosa indiferença e desleixo de muitos Governadores da Guiné, ou à sua falta de alcance político, o que é mais provável.

---

(1) Palavras do Dr. Juiz de Direito da Guiné, o Sr. Duarte de Vasconcellos.

(2) Os francezes têm o cuidado de exhibir este trabalho, cujos exemplares são raros, somente aos que lhe não são suspeitos!

(3) Há muito que se assenhorearam do Rio Nuno, não sei por que direito!

(4) Honório Pereira Barreto, na sua «Senegâmbia Portuguesa», folheto de 1830 a 1840 e tantos; muito raro.

Andando eu nas missões de Bolor, de Jafunco e de Varella em 1867, o famoso francez Alexis Huchardt obteve dos fulupos de Jafunco a cedência de uns 20 metros quadrados de lodo, o que depois de aterrado começou por estabelecer a sua feitoria de «Santa-Maria» em barracas de cana e capim. Para mim é simplesmente o ninho informe de uma ave de rapina. A destruição de Bolor é uma das consequências fataes da aproximação d'aquella por enquanto miserável feitoria estrangeira.

É incontestável que ainda se não encontram provas positivas de conspiração de Alexis Huchardt contra a integridade nacional; mas também esperar semelhante procedimento de um francez polido é desconhecer as tendências e espírito das nações! Honório Barreto embirrava com os inglezes; eu receio mais as evoluções silenciosas e sublimes da Águia do que o rugir franco e leal do Leopardo.

Naquella formosa, rica e grande ilha de Pissiz existe uma feitoria franceza cujo agente é um portuguez: tantas e tão repetidas insolências têm praticado os francezes de connivência com o gentio d'ali, que o Sr. Agostinho Coelho se viu forçado este anno a levar o seu régulo a ractificar os seus antigos protestos de submissão à Corôa Portuguesa, como fez. Mais; durante o governo interino do major Faria no anno passado, deo fundo no porto desta villa de Bissau a canhoneira franceza *Le Castor*, cujo commandante declarou officialmente ao digno representante do Governo Portuguez que o Governo da sua República considerava o nosso explêndido archipéllago de 40 ilhas como uma zona neutral para a livre navegação de todos os seus navios de guerra e de comércio.

Entretanto, como o Sr. Agostinho Coelho começasse, apenas veio, a consolidar o nosso predomínio em Canhabak e por consequência em todo aquelle archipéllago bujagó, mandando para lá bandeira e soldados, trocaram as peças do seu xadrez substituindo os guerreiros diplomatas pelos pretendidos sábios exploradores, por se casar mais com as tendências e espírito d'aquella nação de velhacos!

Aimé Ollivier, rico negociante, engenheiro, naturalista e talvez astrólogo, pedio e obteve licença (nem podia deixar de ser!) para explorar a ilha de Canhabak; acto contínuo, organiza uma formidável carabana, faz correr que se vae lançar numa arriscada travessia de Santa Cruz de Buba a Tombuctu<sup>(5)</sup>. Ora, por isso mesmo que os Futa-fulahs constituem uma nação aguerrida e que só vive de guerras sanguinolentas, aquelle explorador tendo necessariamente de romper a sua marcha pelo reino de Futa-Totó, não deixará de entabolar com Almame negociações políticas para nós desfavoráveis (e vou jurar que não seriam outras as suas vistas) com o qual, bem como com os seus súbditos guerreiros os francezes se fizeram partidários, por serem os mais temíveis inimigos com que podemos contar nestas paragens. Nós, por nobreza e generosidade de condicção e de princípios, tomamos o partido dos fulahs, dos mandingas e dos biafandas, por serem os menos fortes e os mais úteis; por isso que se dão à paz do trabalho.

---

(5) Porque não partio elle de Rio Nuno, ficando este a tão curta distância do nosso prezídio de Santa Cruz?! ...



De sorte que temos em campo de um lado duas potências: a bárbara e a monetária; e do outro a fraqueza da paz e a fragilidade do direito perante a força. Restam-nos tão somente a probabilidade de vencer salvando esta colónia que «é uma das jóias de mais valor da Corôa de Portugal»<sup>6</sup>, se os futuros Ministros de Sua Magestade El-Rei tiverem sempre o alto empenho e o mais religioso cuidado de escolher para o difficil e excepcional Governo da Guiné Portuguesa homens de quilate dos Honórios, dos Zagallos, dos Caldeiras e dos Agostinhos. Homens a um tempo para a administração, para a política e para a guerra.

\*  
\*   \*   \*

Que diria eu a Vossa Excellência sobre o modo ilícito e revoltante porque procedem os francezes em suas transacções commerciaes com a colónia portugueza?! — Essa quadrilha de ladrões tem por taes artes urdido a vasta, capciosa e inextricável tã de seu commercio que, achando-nos com todos os meios de transacções vantajosas com o gentio por elles cortados, lhes abandonamos em toda a parte as nossas immensas propriedades rústicas e urbanas para a honrosa solução de dívidas injustas e quasi sempre fabulosas. Foi dest'arte que se tornaram os maiores proprietários em ambas as margens do Rio Grande<sup>(7)</sup>. E como as mesmas causas produzem sempre os mesmos effeitos, mais dias, menos dias empolgarão o rio de Tombalin ou de Nalú, e um pouco mais tarde o rio de Geba e de S. Domingos; e o temeroso couraçado não se fará esperar para defender os interesses commerciaes e políticos da dominadora colónia franceza!

\*  
\*   \*   \*

Os missionários (até os missionários!...) também fazem propaganda, esforçando-se *por outros caminhos* «minar aqui o nosso domínio»<sup>(8)</sup>. Os frades de Dackar, estando eu em Lisboa, andaram sem licença em 1878 por Zeguinchor, Cacheu e Bolor, como por uma Diocese sem Padreiro, sem Bispo, sem Governador, nem Vigário Geral. Consta mesmo que, escoraçados pelo nosso Vigário Geral interino<sup>(9)</sup>, sollicitaram ultimamente do Ex.<sup>mo</sup> Bispo de Cabo Verde a permissão de missionarem em todas as freguezias desta provincia, como se tivéssemos grande necessidade de suas missões afrancezadas!... Muito bem andou o Ex.<sup>mo</sup> Bispo em não os consentir cá!

<sup>(6)</sup> Palavras do Sr. Agostinho Coelho — *Bolet. Off. do Governo da Guiné*, n.º 16 de 1880, p. 70.

<sup>(7)</sup> «...de modo que hoje (no Rio Grande), com excepção de *pequenos tractos* que *ainda* são portuguezes» («Commercio de Port.» de 1870, p. 406, Secc. de Corresp.).

<sup>(8)</sup> «Commerc. de Port.» citado, n.º e pág.

<sup>(9)</sup> João Chrisóstomo dos Santos, filho do Collégio das Missões Portuguezas Ultramarinas.

\*  
\*   \*  
\*

Os indígenas em geral, apesar do abandono a que têm sido condemnados há quatrocentos annos, e não obstante a propaganda franceza, conservam ainda alguma sympathia aos portuguezes seus primeiros civilizadores e amigos. Agora o que se vae já tornando precizo é estreitar por meio da cruz e da escola esse laço frágil que ainda nos prende ao reconhecimento de um grande benefício. E até mesmo se faz urgente consolidá-lo com uma carinhosa e liberal assistência nas suas aspirações, no seu commercio, na sua industria, nas suas pendências com o gentio, que são frequentes, nos seus direitos perturbados, em suma: em todas as manifestações da sua luta pela vida.

\*  
\*   \*

Quantas coisas não me ficam ainda por dizer! ... e contudo é forçoso concluir, e Vossa Excellência adivinhará o resto, na certeza de que as minhas profundas apprehensões por serem compartilhadas pelo actual e indispensável Governador da Província e pelo patriótico Juiz da Comarca, o Sr. Duarte de Vasconcellos, não são destituídas de fundamento.

Deus guarde a Vossa Excellência por muitos annos na qualidade de Ministro do Ultramar, por ser o mais digno sucessor do Sr. Thomáz Ribeiro, que teve a arrojada e para sempre louvável lembrança de elevar a minha pátria a província independente, e na firme esperança de que Vossa Excellência será para os francezes o mesmo que tem sido o Sr. Duque Bolama para os inglezes, peço licença e desculpa para me subscrever com o mais profundo respeito.

De Vossa Excellência, Senhor Visconde de S. Januário, muito nobre e muito illustre Ministro da Marinha, menor criado, attento e venerador.

Bissau, 30 de Novembro de 1880.

*Marcellino Marques de Barros*  
(Vig.º Gl. da Guiné.)

### XIII — ANO DE 1884

*Importante descrição, feita pelo P. Marcelino Marques de Barros, intitulada «A Villa de S. José de Bissau», com iconografia e informes sobre a cidade vista do rio, tanto no aspecto comercial como social.*

In *As Colónias Portuguesas*, Lisboa, 1884,  
2.º Ano, n.º 12, pp. 254-25.

#### A VILLA DE S. JOSÉ DE BISSAU

Como se vê, a villa de Bissau, na ilha do mesmo nome, tem uma vista agradável, e muito mais o seria, se precipitassem do alto de seus baluartes

aquelles poilões medonhos, que se chamam onças, e outros nomes afugentadíssimos.

As casas descem n'um plano inclinado até às aguas do Geba, e a praia é orlada de uma fileira de acácias, de mafumeiras e outras árvores. São baixas e umas 20 sobradadas, postas em alinhamento menos que regular, olham todas para o porto e para as bandas do S. e de E., d'onde sopram os ventos ardentes do deserto, e os famosos tornados que fazem tanto mal às embarcações. — Tem poucas ruas, apenas 5 ou 6 de N. a S. e 3 ou 4 de E. a W.; são todas presentemente muito aceiadas: louvores ao intelligente zelo, e génio imperturbável do sr. presidente da câmara, o venerando ancião, o ex.<sup>mo</sup> sr. João Monteiro de Macedo.

Edifícios publicos que mereçam tal nome, nenhuns. No extremo esquerdo vê-se o baluarte de *Pigighitih*, com a bandeira e guarita. Correndo á direita, o primeiro sobrado que se encontra, de portão no centro e duas janellas no alto, pertence ao sr. César Gomes Barbosa e á esquerda, na rua de S. José, o do sr. Alvaro Ledo Pontes. O prédio sombrio e vasto é o Gam-Barros, que pertence hoje aos herdeiros do seu promeiro proprietário, João Marques de Barros; acha-se n'elle installado o hospital e a alfândega com os respectivos armazéns. Mais á direita, o sobrado alto, de 5 janellas, chama-se Gam-Banana, casa que foi de D. Aurelia Correia, e tambem, residência official, por algum tempo. Em seguida, a Gam-Mithilia ou Mathilde, n'um recanto, onde esteve o grande Zagallo (Antonio Cândido), terror do gentio e dos inglezes. Depois um armazem de portas fechadas, e muito por cima um bonito sobradinho, chamado *Escripório de Urbin*. Quasi no mesmo plano — a Caiada, um alto prédio de columnatas, que foi de Caetano Nogoliny, o mais rico negociante do seu tempo, e hoje de Ricardo Barbosa Vicente; n'elle está estabelecida uma casa americana. Residiram n'elle muitos governadores dignos, taes como Cratos, Meiras, e além de outros, o sempre chorado Bernardo Moreira, que morreu em desgraçada exaltação de espirito; era um Sansão em corpo e alma! A formosa casa das areadas, que se vê no primeiro plano, pertence aos herdeiros de Lugdero Cândido Teixeira: esteve ahi o illustre auctor da *Chrisalida*, e nobre juiz da comarca, o sr. Duarte de Vasconcellos. Occupam-a actualmente os allemães. Uma casa longa, tão elevada, que parece feita no ar, e com uma fileira de janelinhas, que faz lembrar as portinholas de uma não ou corveta de guerra, é um dos muitos prédios do abastado negociante, o sr. Roberto Ribeiro da Cunha. Ao longe, e n'uma depressão de terreno, avista-se, ao canto da extrema direita, o pequeno sobrado, pertencente ao sr. Agostinho Pinto, cavalheiro muito influente e honrado negociante, residente em Geba; e ahi esteve v., meu caro redactor, sr. Antonio Augusto Ferreira Ribeiro onde bastante tempo morou, e me dispensou os extremos da sua amabilidade e amisade.

Se nos déssemos á paciência de percorrer todas as ruas, o que se póde fazer em meia hora, veríamos umas 30 lojas, algumas boas, aonde gira diariamente cerca de um conto de réis em moeda estrangeira, e mais de 5 a 10 mil pesos em producções do paiz: arroz, cera, borracha e pelles, principalmente.

É tal a barateza relativa da vida, e tanta a affluência dos que compram e vendem, papeis, balantas, bujagós, biafadas, fulas, tiliboncas, mandingas,

portuguezes, francezes e allemães, que o povo, pela boca de seus menestreis de rua, consignaram este facto, chamando-se a si mesmos «*Ó de Paris.*» — Ó de Paris, por tudo quanto queiram, menos na salubridade. Bissou não se recommenda muito por isso.

O thermómetro desde abril a outubro marca 26 a 31 graus e de novembro a março 18 a 27. É mais fresco nas leitadas, e muito menos quente do que Bolama nos mezes de maio e outubro.

Ha trinta annos atraz, nos mezes de abril e maio, a temperatura era quasi a mesma das regiões de Senegal: 35 a 40! ... 50!! ... Via-se o céu em braza, e divagava-se pelas ruas com os braços no ar e os casacos em varredouras. As águas eram torrencias: aquillo não era chover! Os ventos eram tão fortes, que levavam n'um sopro o tecto das casas, e mal se sustinham em pé os transeuntes. Viam-se as ruas cortadas de vallas profundas, e as torrentes a transformarem os fossos em ribeiros e a galgarem pela ponte e taludes da fortaleza. Os trovões e relâmpagos não se podiam ver nem ouvir. E bebia-se a grandes haustos o ar podre carregado de *microbios* ... Bebia-se a morte! Hoje está tudo muito melhor; com algumas precauções vive-se muitos annos.

O aspecto sorridente da villa é um indício d'esta agradável mudança.

Dando uma volta ao NO., vamos infallivelmente esbarrar a poucos passos com o muro de pedra e cal, que, como as cordilheiras maritimas, parece dizer ás ondas crescentes da população e da indústria: *Não passarás d'aqui!*

Tudo é bem conforme o seu tempo. Então o muro servia de sentinella, hoje está condemnado.

À direita, ainda se vê em a nossa gravura uma porção da terrível dentadura da fortaleza, systema Woban, construida sobre um fosso e fachina de mais de dez mil passos quadrados.

O fim d'esta obra babylónica não era a sujeição da ilha, não. O fim era mais *nobre* e d'isso nos occuparemos em melhor occasião. Hoje, depois da redemptora data de 26 de janeiro de 1818, para que servirá aquelle museu?

D'aquellas pedras ensanguentadas pelas luctas humanas podem-se fazer templos, escolas e officinas, e ainda havia de sobejar muita pedra: e o trem da artilheria podia ser transformado em ferramenta e estradas de ferro, e ainda havia de sobejar muito ferro.

No recinto da fortaleza há uma cazerna e uma enxovia muito notável, por ser uma caverna ou antro de leões, com grades fortes e portão de ferro. Há mais uma capella, reconstruida no tempo do sr. commendador, cônego Joaquim Vicente Moniz.

A villa não tem mais que ver: não há theatros, nem botequins, nem clubs republicanos; cada qual cuida do seu labor. — Já agora é sahir por um dos portões de *Pigighitih* ou da *Puána*. Por esta vae-se deparar com um cemitério abandonado, tarrafes, abutres, muita bixaria, e cobras de crista cararejando do alto das calabaceiras. Retrogradando para o portão da esquerda desenrola-se á nossa vista o trecho de uma cidade africana, quasi primitiva e triste: grande número de cobatas muito escuras e tão abafadas, que parece impossivel como ali residem seres humanos.

Ao N. d'este labyrinth, e por detraz da fortaleza há um cemitério murado. Vê-se ali o mausoléu que o sr. Thomaz Ribeiro mandou erigir para honrar as cinzas de Honório Pereira Barreto, natural da Guiné, um notável político, patriota enérgico e incorruptível, um mixto reflexo do marquez de Pombal e de D. João de Castro, no estylo e nas obras. Era um preto a quem Portugal deve muito.

A legenda resa assim:

A MEMÓRIA  
DO  
TENENTE CORONEL  
HONÓRIO PEREIRA BARRETO  
O GOVERNO PORTUGUEZ  
RECONHECIDO AOS SEUS SERVIÇOS  
COMO GOVERNADOR DA GUINÉ  
PORTUGUEZA  
HONÓRIO PEREIRA BARRETO  
NASCEU EM CACHEU A 24 D'ABRIL DE 1813  
FALLECEU EM BISSAU EM 26 D'ABRIL DE 1859

Bonito modelo de inscripções, não há dúvida! Mas mais ainda. — O monumento é de cantaria branca, e sobre um pedestal ergue-se a prumo e com elegância uma columna obliquamente partida no alto. Veremos mais tarde os arredores da villa.

M. M. de Barros.

#### XIV — ANO DE 1887

*Retrato de Honório Pereira Barreto, escrito pelo Padre Marcelino Marques de Barros, intitulado «Honório Barreto — traços de sua phisionomia phísica e moral».*

*In As Colónias Portuguezas, Lisboa, 1887, números 13-14, pp. 78-79.*

Era um preto de ligeiras tintas, muito secco de carnes, nervoso, de cabello entre a carapinha solta e corredio; de altura regular, pouca barba e umas amostras de bigode.

Tinha a testa espaçosa, nariz levantado, olhos regulares e brilhantes, e com os dois incisivos superiores um pouco saídos; as mãos e os pés aristocráticos, as feições quasi femininas e sympáthicas e a cabeça que era um tanto ellipsóide, prejudicava-lhe a grandeza proporcional do crâneo e a vastidão de evoluções cerebraes.

Trazia o busto um pouco inclinado, a cabeça trémula, e a sua marcha de plantigrado, era semelhante às passadas do tigre. Na exaltação do discurso escapava-se-lhe a baba, e gaguejava quando irado. Então o seu fallar era uma tormenta, e ao longe parecia o ladrar de um cão assulado!



Frugal, de trato simples e obsequioso, foi por vezes tyranno e arrebatado com os soberbos e mal intencionados. Foi além d'isso de grandes liberalidades com o Governo Portuguez, com os potentados indígenas e com as mulheres formosas.

Não obstante, manteve sempre o culto exclusivo e a exclusiva preocupação de si mesmo.

De uma política pombalina, consolidou a paz de seu districto governativo com o prestígio de seu nome, e com mais de quatro centos contos de réis que herdou de seu pai, o afamado millionário João Pereira Barreto, vigilante sentinela das leis e dos direitos da Corôa, foi um dique lançado pela Providência através das violentas pretensões estrangeiras à posse do districto.

Não era «diplomado» em Curso algum de letras ou de sciências, tinha apenas os Preparativos do extincto Collégio dos Nobres. Em compensação, tinha uma importante livraria e uma singular memória. Coberto de callúnias e intrigas, contra as quaes reagio sempre com destreza e com coragem, morreo no «Ilheo do Rei» junto a Bissau, muito impressionado com o número 6 de uma sequência regular de datas fataes no necrológio de seus irmãos: 6, 16, 26, 36; aos 46 annos succumbio!

Honraram o seu funeral mais de trinta mil pessoas: eram em maior número os negros descendentes de «Máximo», «Mábago» e «Malobal», que vinham de toda a parte desgrenhados e cobertos de lama fazer as suas «despedidas» do home mque julgavam immortal. Extranha consagração do génio, na verdade. Porém não menos eloquente do que os nossos centenários pomposos!

Deixou uma interessante Memória de poucas páginas, a «Senegâmbia Portugueza», e mais 3 ou 4 folhetos sobre assuntos apologeticos que tiveram voga como uma preciosidade do tempo, e cujo estylo era breve e seco como as pancadas rijas de martello sobre uma bigorna: não havia aí flores nem perfumes!

Suas Excellências os Senhores Sá da Bandeira, Dr. Silva Leão e Commendador Joaquim Vicente Moniz foram seus dilectos amigos.

Mais tarde, apparecer-nos-há esta notabilidade histórica através das fulgurações prismáticas do mytho ou da lenda, e ninguém lhe dará crédito. Hoje esqueceram já o prêto, a quem tanto devem!

Oh! se ele viesse! Desgraçados filhos da Guiné!

M. M. B.

XV — OBRAS ESCRITAS PELO PADRE MARCELINO DE BARROS (elenco provisório)

| <i>Título</i>   | <i>Data e local de elaboração</i> | <i>Data e local de publicação</i>                                    |
|---|-----------------------------------|--|
| 1. Carta a um dos padres de Sernache .....  | Bissau, 9/1/1867                  | <i>Annaes das Miss. Port. Ultr.</i> , 1867                           |
| 2. Carta a um dos padres de Sernache .....  | Bissau, 5/6/1867                  | <i>Ibidem</i> , 1868   |
| 3. Carta a um dos padres de Sernache .....  | Bolor, 13/2/1868                  | <i>Ibidem</i> , 1868   |
| 4. Carta ao Superior de Sernache .....  | Bolor, 23/12/1868                 | <i>Ibidem</i> , 1869   |
| 5. Carta ao Superior de Sernache .....  | Cacheu, 10/1/1870                 | <i>Ibidem</i> , 1870   |
| 6. Carta ao Superior de Sernache .....  | Cacheu, 1/10/1870                 | <i>Ibidem</i> , 1871   |
| 7. Uma visita à nova freguesia de S. Francisco Xavier de Bolor .....  | Cacheu, 1872                      | <i>Annaes das Missões Ultr.</i> , 1889                               |
| 8. Carta a um aluno do Colégio das Missões .....  | s/ loc., 1873                     | <i>Ibidem</i> , 1889   |
| 9. O régulo Cumeré .....  | Bissau, 1874                      | <i>Novo Almanach de lembranças luzo-brazileiro</i> , 1881            |
| 10. Geba e o rio do mesmo nome .....  | —                                 | <i>Almanach de lembranças luzo-brazileiro</i> , 1876                 |
| 11. Uma lição de sabedoria .....  | Bissau, s/d                       | <i>Ibidem</i> , 1878   |
| 12. O rio Geba .....  | Bissau, s/d                       | <i>Novo Almanach ...</i> , 1879                                      |
| 13. Coisas da Guiné .....   | Bissau, s/d                       | <i>Ibidem</i> , 1879   |
| 14. Carta ao Ministro da Marinha sobre perigo de franceses na Guiné .....   | Bissau, 1880                      | Até agora, inédita   |
| 15. Carta ao bispo de Cabo Verde sobre organização missionária da Guiné .....                                     | Bissau, 1880                      | H. Pinto Rema, <i>História das Missões Católicas da Guiné</i> , 1982 |
| 16. Carta pedindo objectos litúrgicos .....   | Bolama, 1881                      | Inédita  |
| 17. Guiné Portuguesa, ou breve notícia sobre alguns dos seus uzos, costumes, línguas e origem de seus povos ..... | Bolama, 1882                      | <i>Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa</i> , 1882            |

OBRAS ESCRITAS PELO PADRE MARCELINO DE BARROS (continuação)

| <i>Título</i>   | <i>Data e local de elaboração</i> | <i>Data e local de publicação</i>   |
|---|-----------------------------------|---|
| 18. Guiné Portuguesa. Rios de Farim e de S. Domingos, rio de Bissau, as portas e as chaves dos rios Boduco e Farato ..... | Bolama, 4/10/1880                 | <i>Annaes das Missões Ultram.</i> , 1889  |
| 19. Carta ao bispo de Cabo Verde sobre a situação financeira da igreja na Guiné .....                                     | Bolama, 5/11/1883<br>s/loc. e s/d | H. Pinto Rema, 1982<br><i>As Colónias Portuguezas</i> , 1884                      |
| 20. A villa de S. José de Bissau .....  | 1884                              | Inédito   |
| 21. Projecto de tabela dos direitos paroquiais e fabriqueiros, para a provincia da Guiné Port.* .....                     | s/loc. e s/d                      | <i>As Colónias Portuguezas</i> , 1887   |
| 22. Honório Barreto — traços de sua fisionomia física e moral .....   | Lisboa, s/d<br>Lisboa             | <i>Rev. Port. Colon. e Marítima</i> , 1898<br><i>Revista Lusitana</i> , 1897-1908 |
| 23. A mancarra .....  | Lisboa                            | <i>A Tribuna</i> , 1900   |
| 24. O Guineense .....   | 1885                              | Inédito   |
| 25. Literatura dos Negros: contos, cantigas e parábolas .....   | Bolama, 1884                      | Inédito   |
| 26. Relatório ao bispo de Cabo Verde sobre as missões da Guiné .....  | _____                             | Inédito   |
| 27. Estatutos da Irmandade e Confraria de Santíssimo Sacramento .....   | _____                             | Inédito   |
| 28. Notas para uma chorografia da Guiné .....   | _____                             | Inédito   |
| 29. Vocabulário da língua fulupe .....  | _____                             | Inédito   |
| 30. O arquipélago de Bujagó e mais notícias para Colónias Portuguesas .....   | _____                             | Inédito   |
| 31. Mapa das terras dos fulupes, arriatas, zegochos e baiotes .....   | _____                             | Inédito   |
| 32. Mapa de Bolama .....  | _____                             | Inédito   |